

Painel e discussão interativa sobre as formas de discriminação no emprego e na profissão, em razão de estado soropositivo, orientação sexual ou outros motivos.

Ministro João Oreste Dalazen

Inicialmente vamos ouvir o senhor Moysés Toniolo que é educador e policial militar com a patente de primeiro sargento, especialista em comunicação, atua como ativista e Coordenador de Direitos Humanos da Rede Nacional de pessoas com HIV – Núcleo Bahia. O senhor Moysés Toniolo tem a palavra para o seu pronunciamento.

Moysés Toniolo

Obrigado. Bom, excelentíssimo ministro João Oreste Dalazen, ministra Kátia Magalhães Arruda, que presidem a ENAMAT; o excelentíssimo ministro Lélío Bentes que é uma referência nossa na questão do trato da discussão de HIV/AIDS, nessa casa, no Tribunal Superior de Trabalho; doutor Erick Carlson, doutora Laís Abramo que se encontra aqui também, outros parceiros da OIT no Brasil que estão sempre com a gente; doutor Ivo Brito que acabou de falar; os representantes do nosso Congresso, a deputada Érika Kokay, uma grande parceira e também o deputado Jean Wyllys que deve estar chegando; os nossos representantes da OIT de Genebra que se fazem presentes aqui pra ajudar nas discussões, isso é importantíssimo; mas principalmente aos

ilustríssimos senhores juízes e senhoras juízas, desembargadores e desembargadoras que estão neste curso pra que a gente possa discutir essas questões que envolvem o tratamento sobre o trabalhador e a trabalhadora que possuem HIV/AIDS nesse país.

É algo que interessa muito para nós da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS poder abrir outras frentes de discussão, de parceria; e que um instrumento tão importante como o repertório prático de indicativos da OIT – que já havia em 2001 e agora é fortalecido pela recomendação 200 da OIT sobre AIDS no mundo do trabalho – a gente possa internalizar isso mais no Brasil, fazer com que isso se expanda, que isso seja realmente praticado no nosso país. Para mim é uma satisfação saber

que a ANAMATRA em 2012, logo após a gente ter aprovado a recomendação 200 da OIT em Genebra, já discutia a recomendação no âmbito interno dos juízes, juízas, desembargadores e desembargadoras do trabalho nesse país. Pra mim foi uma satisfação enorme poder participar de um evento, que foi feito em Curitiba em 2012, que já discutia isso.

Já tínhamos juízes utilizando a norma internacional, porque após aprovado na OIT, por mais que o Brasil ainda não tenha aprovado no Congresso ou pela Casa Civil, nos já estávamos usando. Isso pra mim já é o suficiente. Essa casa respondeu aos nossos anseios de longa data. De qualquer forma, para a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (e depois eu posso deixar um material



também que a gente tinha para essa apresentação, não é preciso apresentação, eu acho que o mais importante será nosso debate) são questões que envolvem justamente aspectos considerados, pela gente, muito sensíveis no trato do trabalhador e trabalhadora com HIV/AIDS.

Há muito tempo a gente já sabe o que são as questões que nos acometem e vão parar na justiça do trabalho sobre os nossos problemas. Basicamente envolve algumas questões como, a iniciar, o diagnóstico de HIV, onde nós ainda temos práticas no Brasil, por exemplo, de empresas que muitas vezes, de modo escamoteado, conseguem que um laboratório faça o exame de HIV/AIDS, por exemplo, nos exames periódicos de seus trabalhadores ou até admissionais. De alguma forma esses tipos de testagem compulsória não são do conhecimento do trabalhador.

Houve um pronunciamento muito importante aqui, citado pelo ministro, sobre a questão de julgar o semelhante. Vocês têm esse papel e muitas vezes a gente vê um dispositivo da justiça de tentar inverter o ônus da prova. Mas também temos que lembrar que ninguém é obrigado a apresentar algo que lhe incrimine particularmente, e isso continua ocorrendo no nosso país. Ninguém vai dizer abertamente que pagou por fora ou entrou em acordo com o laboratório pra que o exame de HIV/AIDS fosse feito de forma fantasma, encoberta. E isso ainda ocorre porque

nós temos relatos dentro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – que eu vou citar como RNP – nós ainda temos relatos disso Brasil afora. Isso é uma das primeiras coisas.

Nós temos discussões éticas que precisam ser trazidas a campo para a sociedade brasileira e não só no aspecto da saúde. Algumas inovações tecnológicas nós queremos discutir também no campo do diagnóstico, com o Ministério da Saúde, e há um bom tempo a gente já vem tendo sinais de que isso será de certa forma universalizado, mas nós queremos somente promover o que seria a defesa do trabalhador, caso essas metodologias tragam algum problema pra ele. Um exemplo disso, nós já temos uma inovação que é o teste de HIV por fluído oral, que é um teste como a pessoa faria, por exemplo, um teste de DNA, basta a coleta do fluído oral na boca da pessoa, que a gente sabe, quem já viu filme, bastaria algo como no copo, a saliva da pessoa. E nós temos a pretensão que esse teste, que é uma inovação maravilhosa, que ele não seja utilizado de forma indevida, para que isso se transforme depois numa prova contra o trabalhador, que ele sequer saiba que testado, mas que depois origine a dispensa, a ruptura dessa relação de trabalho com o seu empregador. Isso é algo que nós queremos também, de que o diagnóstico seja o condutor para que qualquer paciente com HIV/AIDS, uma pessoa vivendo com

HIV/AIDS, ela seja realmente encaminhada para o devido tratamento e assistência na medida da sua necessidade, porque nós temos um grande problema no país que é o diagnóstico tardio, que não vem diminuindo, aliás só vem aumentando.

Diante disso, nós temos que resolver algumas outras questões. Por exemplo, como conceituar e lidar, no âmbito do trabalho, com aquilo que é o imaginário de todos sobre AIDS como doença. Para a OMS, ela não é considerada uma doença, mas um agravamento de saúde. Só que o que está internalizado pra gente é a doença no aspecto de como nos combateremos o estigma e a discriminação ocasionados por isso? Por imaginar o outro é doente, o outro é um indivíduo pernicioso a sociedade porque ele carrega em si algo que pode ser contagioso, infectocontagioso. Essa é uma das coisas que envolve o desrespeito principal a dignidade do ser humano e do trabalhador e trabalhadora com HIV/AIDS porque o pressuposto de uma infecção, já é motivo suficiente para, às vezes, ocorrer a discriminação e a pessoa perder o trabalho. Ou seja, não precisa sequer o teste muitas vezes, o pressuposto já tira a pessoa do mercado do trabalho.

Nós temos questões importantíssimas a tratar na questão de profilaxia pós-exposição que envolve vários públicos que são referenciados pra isso – e nós temos inovações importantíssimas inclusive como a PEP, a Profilaxia Pós-Ex-

posição sexual, com centros em São Paulo que já estão difundindo essa questão – mas principalmente hoje para os acidentes ocupacionais. Ou seja, como nós vamos lidar com isso não só no ambiente de saúde pública como privada, onde não se tem conhecimento, por exemplo, que a profilaxia em 72 horas pode reduzir o risco da infecção do HIV para qualquer trabalhador de saúde que sofra um acidente perfurocortante. Ou seja, isso é importantíssimo e não está difundindo.

Nós gostaríamos, e essa é uma das nossas defesas, que a recomendação 200 da OIT fosse encaminhada (que finalmente duas pessoas da ANAIDS – Articulação Nacional de Luta Contra AIDS estiveram no Itamaraty e desengavetaram processos burocráticos e fizeram com que o ofício que encaminha tal recomendação para o Congresso e para a Casa Civil finalmente ocorresse. Eu tive a notícia disso, Rodrigo Pinheiro e Márcia Leão conseguiram com interlocução e diálogo encontrar as pessoas certas no Itamaraty que vão fazer esse encaminhamento), porque não é possível que a gente tendo uma política nacional de saúde sobre HIV/AIDS não tenha ainda, após 4 anos da recomendação 200 da OIT, uma política nacional sobre trabalho, sobre AIDS e o mundo do trabalho. Não temos. E há infelizmente um silêncio, às vezes, do Ministério do Trabalho e Emprego. Nós criamos em 2012 uma comissão tripartite

sobre AIDS e o mundo do trabalho cuja única função era encaminhar a recomendação 200 para as instâncias devidas, e não uma comissão que começasse a pensar como traduzir a recomendação 200 para uma proposta de política nacional no país. São coisas que após 4 anos nós ainda queremos ver acontecer.

Nós temos que lidar também com a falta de capacitação, com as questões que envolvem capacitação profissional, principalmente de profissionais que lidam na questão de saúde, pública e privada. Muita gente tem formação profissional, mas HIV/AIDS é pincelado ou sequer é visto na sua formação profissional, e depois, quando um trabalhador e trabalhadora precisa do apoio na assistência, ele não vai encontrar porque a pessoa que deveria apoiá-lo mal sabe, sente repulsa, sente nojo, discrimina no ambiente de saúde, onde a gente acreditava que todo mundo deveria saber o que fazer conosco, com quem tem HIV/AIDS. Então isso é algo terrível que a gente ainda espera. O Ministério da Saúde tem sido um parceiro muito grande nessa questão, promove no âmbito da saúde pública diversas capacitações, mas isso não vem sendo suficiente. Só para vocês terem uma ideia, a classe mais difícil, às vezes, de reunir numa capacitação são justamente os médicos, o alto da classe de profissionais de saúde.

Nós temos as questões hoje de pessoas vivendo com HIV/AIDS que têm subempregos relacionados

com a questão do conhecimento da sorologia. Nós temos as questões dos benefícios do INSS que muitas vezes, para a grande população infectada, são benefícios de salário mínimo que conduzem a uma situação muito difícil de sustentabilidade, não só para a pessoa em si, mas a pessoa muitas vezes é a responsável pelo sustento de diversos membros de sua família. O que eu tenho conhecido nos últimos tempos são pessoas vivendo com HIV/AIDS que, por terem AIDS, elas são as cuidadoras e cuidadores da sua família, em geral, com aquele único benefício de salário mínimo, às vezes, que ela tem no INSS.

Sem falar, é claro, das questões de discriminação em ambiente de trabalho – que nós teremos que abordar – no âmbito militar. Porque a recomendação finalmente nos propõe de que o meio militar, cite-se a área de segurança pública, mas também as forças armadas desse país terão que se abrir para a discussão de por que continuam discriminando militares por conta do HIV/AIDS, desde a questão dos testes antes de entrarem, como também no momento em que é dado o conhecimento de HIV/AIDS, quando eles são imediatamente afastados. No meu caso, uma das provas, porque nós temos uma lei na Bahia que promove justamente o afastamento compulsório. Eu sou uma pessoa aposentada por conta disso. É uma aposentadoria compulsória.

Minhas maiores preocupações, já que nós estamos numa mesa que



envolve dois congressistas, é principalmente o que nós temos hoje de maior problema que é o fundamentalismo religioso que permeia e se relaciona com manifestações sobre atos e decisões do Executivo e Legislativo. Nós já tivemos graves problemas que envolvem, por exemplo, veto a campanhas como do material sobre homofobia nas escolas, que foi taxado de “kit gay”, quando a gente só pretendia discutir sexualidade nas escolas fazendo um dever que o Estado deve ter sobre a formação dos nossos cidadãos e cidadãs. Outra foi também a campanha das prostitutas. Digam o que disserem, dois públicos muito importantes e vulneráveis à infecção foram, de certa, forma desconsiderados, destratados no âmbito do Executivo que sofreu pressão. E não tenho medo de dizer isso porque eu sou independente pra estar tratando disso.

Bom, nós temos um material que acabou de ser aprovado que é sobre a população LGBT, em parceria com a OIT, em parceria com a UNAIDS, uma material maravilhoso que combate a *homo-lesbo-transfobia*, mas pouca gente também discute a questão do sexo comercial – já vi gente falar até sexo industrial, queria saber como é que é – mas o que nós daremos de atenção também aos trabalhadores do sexo, prostitutas, garotos de programa, garotas de programa, putas como muitas gostam de ser tratadas, porque a gente vai ter que pensar nesses públicos muito cuidadosamente. A recomendação não vai tratar somente do público de pessoas vivendo com HIV/AIDS, ao qual eu represento e o que eu gostaria que posteriormente, no debate a gente pudesse ter muitas perguntas pra gente poder seguir tratando de outras coisas.

O meu tempo infelizmente tem que ser encerrado, mas eu estou muito feliz de estar aqui com os senhores e senhoras, então vamos dar a voz também aos nossos representantes do Congresso que tem nos ajudado maravilhosamente, inclusive fazendo com que a lei que criminaliza a discriminação às pessoas vivendo com HIV/AIDS finalmente fosse aprovada, e que não é somente mérito do Ministério da Saúde que ela tenha sido aprovada, porque nos últimos anos, o movimento social de luta contra a AIDS tem sido muito atuante na Frente Parlamentar, junto, cobrando e tendo esses parceiros que nos temos aqui na mesa. A eles é claro, o meu muitíssimo obrigado, como Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, porque até agora nós não tivemos um ato simbólico que pra nós é fundamental e a gente já esperava há décadas. ■

Ministro João Oreste Dalazen

Muito obrigado ao senhor Moysés Toniolo por sua intervenção. Quero registrar a presença, compondo a mesa já, do deputado federal Jean Wyllys. Dando continuidade ao nosso painel, teremos o prazer agora de ouvir a deputada federal Érika Kokay. Eleita por Brasília, pelo Partido dos Trabalhadores, para o mandato de 2011–2015 e reeleita nas últimas eleições para o mesmo cargo, uma votação bastante expressiva e bem superior a do mandato anterior. Bancária da Caixa Econômica Federal, foi sindicalista e presidente da CUT Distrito Federal. É graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília, onde participou do movimento estudantil. Eleita presidente da comissão de direitos Humanos da Câmara Legislativa, Érika está a frente da luta contra a discriminação e em defesa da mulher, da criança e do adolescente, bem como na luta antimanicomial, por um tratamento digno aos portadores de doença mental, em defesa dos homossexuais, dos negros, dos índios e a favor dos direitos humanos. É uma honra tê-la conosco, tem a palavra deputada.

Deputada Érika Kokay

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, desejando um bom dia para cada uma e cada um de vocês. Dizer da minha alegria de estar aqui com vocês, com Moysés, com Jean Wyllys compondo essa mesa. Eu e Jean Wyllys fazemos parte da coordenação da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às DST/HIV/AIDS no Congresso Nacional. Eu, o deputado Jean Wyllys, o deputado Paulo Teixeira e o senador Paulo Paim. É uma frente que se encerra nessa legislatura e temos a intenção de organizar uma grande discussão de balanço de atuação da frente e também de perspectivas para o próxima legislatura, nós vamos fazer em dezembro e aqui estando o convite para que vocês estejam presentes, a ENAMAT esteja presente, a OIT, o Ministério da Saúde, para que possamos conjuntamente tecer esse balanço e a partir daí também apontarmos as perspectivas para o próximo ano. Nós queremos refundar a frente – na medida que se encerra a legislatura também se encerram os instrumentos construídos durante aquele período – nós queremos reafirmar, refundar essa frente já no começo da próxima legislatura para que nós possamos continuar traçando essa discussão dentro do Congresso Nacional e comemorando inclusive as próprias vitórias e nos instrumentalizando

para que nós possamos enfrentar os desafios que estão postos.

Eu penso que nos temos muito desafios. Nos vivemos uma etapa da história da humanidade, penso eu, onde nós temos um verdadeiro dilema *shakespeariano* de ser ou não ser. Existe um processo de muito coisificação do ser humano. É como se a dita mão invisível do mercado adentrasse a cidadania da intimidade e capturasse: capturasse os desejos, capturasse os comportamentos. Capturasse. Capturasse o que é uma construção essencialmente humana. Quando nós falamos de desejos, nós estamos falando de construções humanas que são frutos e síntese da lógica das relações comunitárias, das relações familiares. E muitas vezes o que vemos hoje é que temos derramado dentro das casas, por uma verdadeira opressão mediática ou aparelho ideológico de um Estado e de uma concepção de Estado que se expressa através do poder midiático; você vê derramado dentro das casas os desejos como pílulas prontas para serem engolidas. Os comportamentos capturados. A forma como as pessoas se percebem ou percebem o outro, de toda a sorte, também está sendo capturado por um processo, por essa mão dita invisível do próprio mercado, utilizando uma expressão de Adam Smith. Então, portanto, eu diria que nós vivemos um processo muito grande de coisificação,

Isso impõe que nós possamos fazer o recorte humano em todas as esferas de atividade do ser humano. Inclusive o recorte humano no mundo do trabalho. Isso significa que nós não queremos os seres humanos apenas detentores de direitos difusos e coletivos que são importantes e precisam ser reafirmados. Mas nós queremos o ser humano identificado enquanto tal. Com as suas peculiaridades e a sua condição intrínseca à sua humanidade que é a sua singularidade. O ser humano, nós somos singulares. Temos que ter direitos universais, políticas públicas universais, mas penso que nós não podemos mais pensar nem as políticas públicas, nem o próprio direito sem fazer o recorte das nossas singularidades. Isso significa que nós queremos ser identificados a partir do nosso gênero, a partir da nossa orientação sexual, a partir da nossa etnia dentro do mundo do trabalho. Seremos, enfim, identificados nas várias condições de sujeito que o ser humano tem.

Eu tenho uma concepção de que a nossa humanidade, ela depende dentre outras coisas de dois elementos absolutamente imprescindíveis. Um deles é a liberdade. Eu comecei a minha vida política na Universidade de Brasília, há 38 anos atrás, lutando pela liberdade, e luto até hoje pela liberdade. E o segundo é a condição de sujeito. Mas a condição de sujeito ela também não é monolítica, a condição



de sujeito é uma condição multifacetada ou que tem várias formas. Nós somos sujeitos da nossa própria identidade de gênero, nós somos sujeitos da nossa etnia, nós somos sujeitos de classes sociais, nós somos sujeitos numa gama muito grande de expressões desta condição de sujeito que nos assegura a nossa própria humanidade. Portanto, quando é negada a condição de sujeito – e muitas vezes é negada no mundo do trabalho porque você passa a ser apêndice de máquina ou objeto de planilhas de custo – você é despidido da sua própria humanidade.

Uma coisa que me chama muita atenção nos Guaranis: por duas vezes, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara esteve nos Guaranis, nas proximidades município de Dourados em Mato Grosso do Sul. Ali os Guaranis eram donos da terra e foram arrancados da sua própria terra, foram utilizados como mão de obra escrava para a construção das fazendas, jogados literalmente num caminhão e literalmente confinados, como eles falam, em um espaço onde eles não tinham, como dizem eles, a liberdade de ser. A liberdade de ser.

Então portanto, quando eu penso nos Guaranis, eu penso que eles dizem: será que alguém percebe – foi dito isso por um cacique – será que alguém acha que eu posso ser eu mesmo se não tiver o direito de caçar? Será que eu posso ser eu mesmo se eu não tiver o direito de estar na mata? Será que eu posso ser eu mesmo, será que eu

posso existir sem ter o direito de pescar? Será que eu posso ser eu mesmo se eu não tiver o direito de dialogar ou de estar na terra onde estão enterrados os meus antepassados?

Então veja, existe uma concepção de humanidade que esse indígena carrega para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho, ele vai se carregando por inteiro. E portanto, quando se impede que ele viva por inteiro a inteireza da sua condição indígena, ele se sente confinado e se sente morto em vida. Por isso nós que vivemos um genocídio aqui, estamos vivendo um etnocídio e um epistemicídio também, porque o conhecimento das comunidades tradicionais, dos povos de terreiro, das comunidades que se construíram e que foram fios condutores da nossa própria cultura, ele está sendo negado, como também o conhecimento da própria comunidade indígena. Nós vemos um etnocídio e um epistemicídio.

E aí me vem uma concepção do que é o mundo do trabalho. O que é o mundo do trabalho? O mundo do trabalho a gente tem que ter o direito de ir por inteiro. A gente tem que ter o direito de ir levando as nossas expressões culturais, a forma como a gente é, e a gente tem que ser reconhecido nessa universalidade, mas ao mesmo tempo nesta singularidade que os seres humanos carregam, porque somos singulares. Somos únicos. E temos que ter o direito de viver a nossa subjetividade. Isso adquiri

um peso maior, penso eu, quando nós vivemos esse processo de desumanização tão cruel, esse processo de coisificação do ser humano.

Muitas vezes o ser humano é invisibilizado. Só se vê o vírus que ele tem, só se vê a etnia da qual ele faz parte. Só se vê a deficiência que ele tem. Só se vê o delito que ele cometeu. E há uma desumanização que é crucial e quando nós falamos no mundo do trabalho, nós estamos falando de algo que é absolutamente estruturante, porque trabalho é coisa de gente. Dizia Folkman em determinada ocasião, que o surpreendia o fato de dia após dia, semana após semana, mês após mês, década após década; nos trabalhamos. Nos trabalhamos e vamos carregando as marcas do trabalho nas nossas vidas.

Então portanto, se há um trabalho que me impede de exercer a minha humanidade, se me impede de exercer a minha subjetividade, a minha singularidade, ele vai deixando marcas e vai alimentando uma coisificação e uma desumanização que o Brasil tem que reconhecer enquanto parte da sua própria história, reconhecendo inclusive seus próprios holocaustos para poder enfrentá-los. Penso que o Brasil tem muitas dúvidas. Nós que não fizemos o luto dos nossos períodos traumáticos, não fizemos o luto do colonialismo, onde o país repartido em tiras e entregue aos amigos do rei, se sentiam estes amigos do rei donos

não só da terra, mas donos da mulher, donos das crianças dono dos trabalhadores.

Nós não fizemos o luto do colonialismo. Nós não fizemos o luto da escravidão em que há um processo de desumanização absolutamente literal. Tampouco fizemos o luto da ditadura quando o Brasil foi arrancado de nós mesmos e o povo brasileiro passou a ser expectador da sua própria história, sem ser sujeito inclusive da sua própria memória, da sua própria história. Uma história arrancada, onde ele não se sentiu sujeito dela mesma, e sujeito da sua própria pátria. Por isso esses três períodos traumáticos da história brasileira, eles têm o fio condutor que é o processo de desumanização, e esse processo de desumanização precisa ser enfrentado.

Por isso quando nós falamos da luta em defesa de direitos ou igualdade de oportunidades, nós não estamos falando da cereja do bolo ou de chantili de café, nós estamos falando de algo estruturante porque nós estamos e temos que trazer para a centralidade da agenda nacional a discussão de direitos para que nós possamos identificar e romper os processos de desumanização que tem feito com que nós possamos estar desumanizando literalmente milhares de brasileiros. Nós temos 56 mil pessoas que morrem todos os anos no Brasil, a maioria jovens e a maioria negros. Negros e jovens como se houvesse o extermínio de uma geração.

Essas pessoas antes de serem literalmente desumanizadas são simbolicamente desumanizadas. Simbolicamente. Antes da bala ser atirada, antes da faca ser enfiada, enfim, nós temos uma desumanização. Porque se há uma noção de que somos iguais em direitos e que todas e todos temos que viver a nossa humanidade, não há como se ter uma naturalização de um processo de violência que se expressa nessas 56 mil mortes todos os anos no Brasil. Portanto nós não estamos falando de algo correlato. E nós estamos falando de um elemento que é a desconstrução da discriminação que é absolutamente fundamental para o resgate da nossa humanização e o rompimento da desumanização simbólica que é fundamental para a eficácia das políticas públicas.

Alguém acha que é possível fazer políticas públicas de qualidade com discriminação? Ou cedendo aos arroubos e a gana fundamentalista que se expressa em vários locais do Estado, inclusive no poder legislativo. Alguém acha que é possível fazer uma política de enfrentamento a AIDS sem se considerar o perfil epidemiológico que tem dito que são os jovens homoafetivos que estão sendo em grande parte infectados e que é preciso se dirigir a esse público? Alguém acha que é possível fazer política pública de qualidade se escondendo o vídeo onde se fala com uma profissional do sexo e se dialoga com um segmento que vive em situação de risco?

Então, portanto, nós não podemos construir qualquer política pública de qualidade se nós tivermos o viés da discriminação. E a discriminação ela não é ensimesmada. A discriminação ela transborda porque ela rompe a noção de humanidade. E ao se romper a noção de humanidade você naturaliza a hierarquização dos seres humanos. É o que nós estamos vendo inclusive no movimento que é fascista. É um movimento que existe na Câmara, do fundamentalismo – nem sempre religioso – mas um fundamentalismo ele é fascista, porque ele hierarquiza os seres humanos. Eles dizem: tem seres humanos que podem amar. E eu penso, como é possível exercer a nossa humanidade se a gente não pode dizer o nome de quem a gente ama? Como diz Oscar Wilde, “se não há como se ousar dizer o nome do amor”. Como é possível viver a humanidade se você não pode expressar uma afetividade e a afetividade, posto que somos seres humanos e somos seres faltantes, é absolutamente fundamental para esse exercício da nossa humanidade.

Então portanto existe um processo fundamentalista, que nós enfrentamos todos os dias, que pressupõe inclusive o rompimento da laicidade do Estado. E quando se rompe a laicidade do Estado está se rompendo a liberdade de credo, está se rompendo a perspectiva de termos um Estado realmente democrático. Então, portanto, é preciso se reconhecer os prenúncios de fascismo que

estão em curso na nossa sociedade e a necessidade de nós nos empoderarmos para identificar os processos de desumanização. E eu digo identificar porque o Brasil é um país que teve na sua história traços de muita dubiedade. Muitas vezes se disse que a nossa ditadura não era das mais ferozes porque o Congresso continuava funcionando. E eu penso, uma ditadura, ela se mede a ferocidade – se é possível que se meça a ferocidade de uma ditadura – por conta de quanto ela ficou na nossa contemporaneidade. E a nossa foi profundamente violenta, porque os pedaços dela estão todos os dias na nossa contemporaneidade, no nosso cotidiano.

E se diz que não. Não é verdade que o Brasil tem uma discriminação racial. Por muito tempo nesse país se construiu o mito da democracia racial. Por muito tempo se construiu a paz que se assemelhava a paz nos cemitérios, dentro dos nossos lares. Uma paz que não estava dada para as mulheres, porque a violência doméstica, ela desumaniza, desumaniza. Ela arranca a mulher dela mesma. Ela arranca a condição de ela ser, de ser sujeito do seu corpo, da sua vida, do seu desejo; vai arrancando. E ela vai se esvaziando e muitas vezes quando olha pra dentro dela, não tem mais ninguém. Ela virou o espelho do desejo do outro e não uma pessoa inteira.

Então, portanto, nós tivemos e convivemos com vários elementos de desumanização e opressão

que nunca foram reconhecidos como tal. Era como se dissessem: Não, quem está na senzala adentra a casa grande, desde que subalternizado, desde que subalternizado. Quem está dentro de um lar pode viver a pseudo paz de um cemitério, desde que abra mão de ser ela mesma e de viver a sua humanidade, o que atinge também as crianças no nosso país. Então, portanto, é preciso identificar os processos de desumanização.

Esse Brasil tem muitos holocaustos, muitos holocaustos. Mais de 3 milhões de pessoas foram vítimas nos navios negreiros. Nós temos muitos holocaustos. Nós temos um único hospital psiquiátrico, o Colônia, em Barbacena, que por volta de 60 mil pessoas. Se assassinavam 17 pessoas por dia em algumas ocasiões. Isso é um holocausto que a gente não reconhece como tal. 56 mil pessoas mortas todos os anos, é um holocausto que nos temos que reconhecer enquanto tal.

Por isso digo, e encerro com isso, que é fundamental que nós possamos resgatar a centralidade da agenda em defesa de direitos. Que nós possamos resgatar a centralidade da agenda de que todo ser humano tenha o direito de viver a sua humanidade. Que nós não tenhamos uma hierarquização, porque ela vai se esgueirando nas frestas de uma democracia ainda em construção, ela vai se esgueirando, ela vai se impondo e ela vai alimentando

um período muito propício aos fundamentalismos. Porque nós vivemos um período de crises, de coisificações, de falta de paradigmas de encarar o outro, e neste período de crises – diz o Jean Wyllys e eu gosto de repetir – as escolhas são doidas. É doido escolher, é doido. Porque escolher pressupõe que aja renúncias. E diz Jean Wyllys: isso fortalece uma sociedade muito binária, uma sociedade onde se diz ter o preto e o branco, mas tem muitas cores entre o preto e o branco. Tem a noite e o dia, mas tem o anoitecer, tem o entardecer que nem dia é, e que nem noite é. E nesse processo, onde há muito rompimento de paradigmas e uma crise muito grande de valores, nós vamos viver uma lógica do fortalecimento dos grandes outros: do grande irmão ou do grande pai, enfim, aquele que diz venha. Venha e eu te acolho e eu te impeço de pensar, te impeço de refletir e você apenas me segue.

Então é um período muito propício aos fundamentalismo que fazem com que tenhamos um movimento de prenúncio fascista, penso eu, que tem base social, que tem poder econômico, que tem redes de comunicação – sejam as redes formais, sejam as redes sociais – e que portanto provoca temor e provoca o silêncio de uma série de pessoas, ou de representantes do poder público com medo de fazer os enfrentamentos que imediatamente podem trazer algum tipo de dissabor eleitoral ou algum outro

tipo de dissabor. Eu penso que o Congresso na sua maioria não é homofóbico, não é visceralmente ou doentiamente homofóbico, mas é silencioso. Se cala porque não faz os enfrentamentos que são necessários fazer. Porque quando eu digo que nós temos vários ovos de serpentes – o Jean Wyllys diz que já são serpentes, e eu penso que são ovos de serpente – nós não tratamos ovos de serpente com a ignorância ou a *invisibilização*. Ovo de serpente a gente não ignora, a gente enfrenta. Se nós não enfrentarmos, nós vamos estar construindo uma lógica que vai fazer com que seja muito natural que as pessoas possam linchar pessoas em praças públicas, que as pessoas possam reagir com as próprias mãos, o que significa o enfrentamento e uma ameaça ao estado democrático de direito. O estado democrático de direito custou muito sonho, mas muita dor também. Muita gente nesse país carrega as marcas, na pele e na alma, das salas escuras da tortura. O Brasil carrega na sua pele e na sua alma as salas escuras da tortura.

Por isso, nós não podemos deixar de fazer os enfrentamentos necessários para que nós possamos construir políticas que assegurem os direitos iguais e assegurem o direito de vivermos a nossa humanidade que pressupõe o enfrentamento da desumanização.

A nova legislatura do Congresso Nacional, ela traz um fortalecimento dos fundamentalistas, ela traz uma diminuição da bancada sindicalista – que cai quase pela metade. Há um crescimento da bancada feminina, mas não basta ser mulher, é preciso atuar na luta pela equidade de gênero, na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, na luta pelos direitos das mulheres, da sua existência humana. Então nós temos uma bancada considerada a mais conservadora desde 1964.

Isso faz com que nós tenhamos a necessidade de irmos tecendo – com vários agentes do próprio Estado, mas também com a própria sociedade civil – os instrumentos necessários para que nós possamos avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente

livre, verdadeiramente democrática e que nós tenhamos, enfim, a nossa humanidade preservada. Não há discriminação que fique ensimesmada, que fique dentro de uma cápsula. Ela vai se estendendo, ela vai se espalhando, e ela vai rompendo os limites da casa, rompendo os limites do próprio universo do trabalho. Porque o trabalho em si, ele rompe os limites do próprio local do trabalho, na medida em que ele forma, ele formata e ele faz com que carreguemos essa marca do trabalho para o nosso dia a dia.

Eu vou encerrar apenas dizendo: a gente luta, no fundo, no fundo, para que a gente possa libertar o ser humano que tem dentro da gente no local de trabalho. A gente luta para que nós possamos ter todos, em todos os espaços da nossa sociedade, a possibilidade de sermos nós mesmos. A gente luta para que todo ser humano possa ver a sua humanidade, que só é vivida se nós preservamos a inteireza, a magia e a beleza dessa condição humana. Por isso parabéns a vocês que organizam esse seminário.



Ministro João Oreste Dalazen

Nossos agradecimentos e nossos cumprimentos ao denso e candente pronunciamento da deputada Érika Kokay. Esclareço que desde já receberemos as perguntas acaso dirigidas à mesa para o debate que se seguirá aos pronunciamentos de nossos convidados.

Tenho o prazer agora de conceder a palavra ao deputado federal Jean Wyllys de Matos Santos, eleito deputado federal pelo PSOL do Rio de Janeiro para o mandato 2011–2015 e reeleito agora para o mesmo cargo – nas últimas eleições – aliás com uma votação que significou um crescimento de aproximadamente 1000% do número de votos, uma votação expressiva, maravilhosa. Ele é jornalista com mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, professor de cultura brasileira e de Teoria da Comunicação na Escola Superior de Propaganda e Marketing e na Universidade Veiga de Almeida, ambas no Rio de Janeiro, além de ser escritor. Destacou-se na participação de ações que combatem a homofobia, a intolerância religiosa, o trabalho escravo, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência contra a mulher. É uma honra tê-lo conosco, tenha a palavra o deputado Wyllys:

Deputado Jean Wyllys

Obrigado ministro João Oreste; bom dia Érika, Moysés; bom dia a todas e todos. Só uma correção na pequena biografia que o ministro João leu, eu não dou mais aula na Escola Superior de Propaganda e Marketing, eu já me desliguei por conta da legislatura, mas agora eu sou professor do mestrado em HIV/AIDS e hepatites virais da UNIRIO, no Rio de Janeiro. Dou aula sobre representações da doença: representações literárias, cinematográficas da doença e como isso interfere no tratamento, como isso interfere na relação da pessoa com a própria doença. Quero agradecer ao convite e dizer que a minha fala vai refletir um pouco de todos os lugares de onde eu falo, simultaneamente. E quero deixar claro que não há transparência na

minha fala, muito pelo contrário, eu quero deixá-la bastante opaca, marcando qual é o meu lugar de fala, porque nenhum discurso é neutro, nem mesmo o discurso da justiça, que muitas vezes assim se pretende. Nada é neutro.

E eu quero começar a partir disso, da ideia de neutralidade. Nós temos um salto evolutivo em relação às demais espécies nos tornando homo sapiens, a espécie que pensa, ou como diz Gilberto Gil na letra da sua canção, “o pensamento é mesmo o fundamento singular do ser humano”. Então o que funda a nossa humanidade é o fato da gente pensar, da gente refletir, da gente lidar com coisas que não são palpáveis, da gente lidar com o mundo simbólico, por isso produzimos a linguagem e a comunica-

ção, e a partir de então fundamos a cultura. Ou seja, ao contrário das abelhas e das formigas que são as mesmas desde o paleolítico, nós nos transformamos bastante e nos transformamos porque nós somos seres culturais. Cultura aqui entendida não no senso comum que entende cultura como ilustração, como acúmulo de conhecimento ou informação. Cultura aqui entendida no sentido antropológico do termo, cultura como um modo integral de vida, que diz respeito a todos os nossos hábitos, a todas as nossas representações simbólicas de beleza, à forma de comer, à forma de amar, à forma de dormir, aos hábitos de higiene – que se transformaram bastante ao longo do tempo –, ao modo de vestir; tudo isso é cultura

no sentido antropológico. Então o que funda a nossa humanidade é o fato de a gente pensar; o fato de a gente pensar nos levou a nos comunicar e a comunicação produziu isso que a gente chama de cultura.

Existem portanto culturas no plural, não cultura. A cultura ela varia no tempo, ela se transforma no tempo. A gente só precisa se comparar, por exemplo, com a Idade Média, com a antiguidade clássica, a gente pode se comparar com os nossos avós, pra ver como a gente é diferente deles, ou pegar fotografias antigas e ver como eles se vestiam. Ou então a gente pode ir até mais recente. Até 1995, por exemplo, não existiam aparelhos celulares como *iphone*, com internet pra gente acessar, só para vocês terem uma ideia que a cultura se transforma no tempo e a cultura se transforma no espaço. A gente não precisa se comparar com o Japão para perceber que nós vivemos em culturas diferentes. A gente pode se comparar com os *lanomâmis* aqui dentro do nosso próprio território. Os *lanomâmis* nunca ouviram falar, por exemplo, em Jesus, nem tem a bíblia como fundamento de sua religião, tampouco tem instituições parecidas com as nossas. Então a cultura se transforma no tempo e no espaço.

E a cultura, e principalmente uma das instituições da cultura que é a língua, a cultura nos faz sujeitos. Nós somos subjetividades, sujeitos, eu, caráter – qualquer nome que a gente queira dar para esse sentimento de si mesmo que to-

dos nós temos, e nós temos um sentimento de nós mesmos que é o que a gente chama de subjetividade – e a cultura tece a nossa subjetividade. Sobretudo a língua que a gente recebe, porque talvez vocês não tenham parado para pensar, mas vocês não nasceram falando, e nesse mundo há pessoas que não falam, há pessoas surdas que não falam a nossa língua mas que desenvolveram um outro sistema de língua pra se comunicar. Mas mesmo essa nossa língua, a gente não nasceu falando, a gente adquiriu ela. Por isso que uma pessoa que nasce no Japão fala uma língua diferente da nossa. A gente adquiri a língua e a gente fala com tal destreza e sem pensar que a gente naturaliza a língua. E quando a gente naturaliza a língua, a gente introjeta e naturaliza tudo que a língua traz. Se a língua nos antecede, a língua tem valores que nos antecedem também.

Nesse sentido que Jacques Lacan, que dá continuidade aos estudos de Freud, vai dizer que o inconsciente, aquela estrutura psíquica que nos move – embora a gente não pense, porque está inconsciente, a gente só pode falar a partir do que está consciente na gente, não do que está inconsciente, mas o inconsciente existe – Lacan vai dizer que o inconsciente está estruturado como linguagem, porque na própria aquisição da língua a gente produz essa estrutura psíquica que nos move e que é fonte de tantos problemas pra gente. Muitos de vocês talvez

estejam num divã de psicanalista tentando descobrir quais as razões de suas neuroses, das suas manias e de uma série de questões que a gente desenvolve na vida justamente porque a gente vai introjetando valores ali e tornando-os inconsciente.

Essa cultura, e nós vivemos – nós aqui no ocidente, no mundo ocidental, e o Brasil faz parte dele – vivemos no que a gente chama de cultura da dominação masculina. Essa cultura da dominação masculina tem uma história como toda a cultura tem uma história. A gente naturaliza alguns aspectos da cultura, ou se não todos os aspectos da cultura, mas eu quero lembrar para vocês que a cultura tem uma história. A gente pode fazer uma história das instituições, uma história da própria língua e da transformação da própria língua, e a gente vai entender que a cultura da dominação masculina tem uma história que remonta aos fundamentos da sociedade judaico-cristã e o encontro da civilização judaico-cristã com o helenismo clássico, com os valores que vem da Grécia antiga. O encontro, o choque entre essas duas culturas que produz o que a gente chama de sociedade ocidental, mentalidade ocidental ou sociedade da dominação masculina.

Depois, no debate, se vocês quiserem me perguntar, eu posso falar mais sobre essa questão, sobre esse encontro. Mas eu só quero lembrar para vocês que o encontro se dá, dessas duas culturas,



quando o Império Romano, que foi o maior império que a história já viu, se estende do oriente ao ocidente com duas capitais, uma em Roma e outra em Bizâncio – o Império Bizantino – e o Império Romano torna cativa as tribos da Judéia, o povo judeu, e é sob Império Romano inclusive que nasce Jesus, o palestino revolucionário que também é morto, condenado a morte pelo Império Romano. Então é nesse período que se dá o encontro dessas duas heranças culturais e que se produz o que a gente chama de mentalidade ocidental ou sociedade da dominação masculina.

Essa sociedade da dominação masculina, ela nos posiciona na vida, ela nos forma sujeitos, óbvio, cria a nossa subjetividade, mas ela nos posiciona na vida, ela nos dá posição na vida. E essas posições em que essa cultura nos coloca muitas vezes representam desvantagens para nós. Então, nesse sentido, que podemos falar de posição de sujeito. Ainda que a nossa constituição – muito recente, de 1988, a constituição cidadã – proclame uma igualdade formal entre os cidadãos, a mesma constituição coloca como objetivo da república, da nossa república – a palavra república vem de *res publica*, expressão latina que quer dizer a coisa pública – coloca como objetivo da república a promoção do bem de todos sem discriminação. Quando a constituição coloca como objetivo da república promover o bem de todos sem a discriminação é porque

a própria constituição considera que os seres humanos não são iguais. Há uma igualdade formal proclamada mas a constituição nos coloca no papel de construir a equidade, ou seja, de tratar os desiguais de maneira desigual, de modo a produzir a tal da igualdade formal ali proclamada.

Então nós estamos posicionados na vida e essas posições muitas vezes nos trazem bastante desvantagens, nos expulsam deliberadamente ou nos afastam da comunidade de direito ou da cidadania. É nesse sentido que nessa sociedade da dominação masculina as mulheres estão em desvantagem. A gente trata as mulheres como minoria não no sentido numérico, não minoria numérica, mas quando a gente trata de minoria, a gente está falando em termos de representação política e de acesso ao poder. As mulheres ainda são minoria. São minoria nos parlamentos, não só no Congresso Nacional, mas nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. É sempre bom lembrar das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores porque as pessoas tratam e identificam a política no Brasil apenas com Brasília e o Congresso Nacional. E não são só pessoas semianalfabetas, analfabetas funcionais ou despolitizadas não, são pessoas com bastante formação, que tratam a política apenas como a praticada em Brasília e esquecem que há Câmaras de Vereadores e assembleias Legislativas funcionando muito perto delas, e que o

poder legislativo se dá também e se exerce nesses outros entes da federação. As mulheres então são minoria no parlamento. Aqui no Congresso Nacional é vergonhoso a bancada feminina, as mulheres são numericamente maioria no Brasil e no entanto elas são sub-representadas no parlamento, embora eu e Érika Kokay defendamos a paridade de gênero no Congresso Nacional, em todos os espaços. Eu acho que a gente deveria já ter instituído a questão da paridade.

A sociedade de dominação masculina não só alija a mulher de direitos (por exemplo, durante muito tempo a mulher não pode votar porque era considerada incapaz de dar um voto; as mulheres precisaram se organizar politicamente para reclamar o direito ao voto) como muitas vezes a condição, a própria posição de gênero, o gênero feminino posicionando a mulher, muitas vezes tirou da mulher o direito à vida, ameaçou o direito a vida da mulher. Então, para aquelas pessoas hoje que levantam a voz contra uma proposta de uma criminalização da homofobia, eu quero lembrar para vocês que nesse país as mulheres já puderam ser assassinadas por seus maridos, estes alegando a legítima defesa da honra. Quer dizer, a honra de uma pessoa tinha mais valor do que a vida de outra. É uma inversão de valores absurda, mas aconteceu isso sim. À mulher era dada a responsabilidade não só de cuidar da sua própria honra, mas de cuidar da honra do marmanjo. Quer

dizer, ela era responsável pela honra do casal. E que bom que as mulheres se organizaram pra derubar isso.

A sociedade da dominação masculina nega os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, nega à mulher a autonomia sobre o seu corpo e sobre a sua sexualidade. Por exemplo, no Brasil, a gente não conseguiu ainda garantir a todas as mulheres, primeiro, o acesso aos métodos contraceptivo. Antes, na verdade, do acesso aos métodos contraceptivos a gente não assegurou o acesso a educação sexual as mulheres. Daí o índice de gravidez precoce e de infecção por DST e HIV de adolescentes, porque nós somos uma sociedade hipócrita que ao mesmo tempo que não quer educação sexual nas escolas finge que as meninas não estão engravidando devido justamente a ausência de educação sexual. A gente não só nega a educação sexual como a gente nega também o acesso a métodos contraceptivos a todas elas, e a gente nega o direito a interrupção segura da gravidez no sistema de saúde, no tempo em que a ciência recomenda como o tempo ideal para se interromper uma gravidez, porque não há ali nenhuma vida a não ser a vida da mulher.

A mulher também não tem sequer direito de ir e vir, de expressar livremente a sua sexualidade. Porque, por exemplo, uma mulher que decida acordar às 3 da manhã com sede e ir no bar mais perto beber uma cerveja, por exemplo,

ela corre o risco de sofrer violência sexual e de ser culpada inclusive pela violência, porque alguém dirá, as próprias mulheres dirão, vagabunda. Mulher direita essa hora está em casa, não tá na rua. Então a gente vê que a sociedade da dominação masculina posiciona as mulheres; essa posição que o gênero traz representa uma desvantagem.

Se a gente considerar outras posições de sujeito, como por exemplo, a posição que a etnia traz – uma pessoa está posicionada na vida por conta da sua etnia: se ela é indígena, se ela é parda, preta. – isso, essa posição de sujeito também traz desvantagens, óbvio. Quem já pegou ônibus aqui (talvez aqui nessa plateia pouca gente pegue ônibus, transporte público) mas quem já pegou ônibus sabe muito bem que numa blitz da polícia os negros não são tratados da mesma maneira que os brancos, não são tratados. Da mesma maneira que a quantidade de negros nas prisões, em comparação com a quantidade de brancos, ou a quantidade de negros nos hospitais psiquiátricos, ou a quantidade de negros entre a população pobre, considerada pobre no Brasil, não pode ser considerada mero acaso. Isso é fruto direto de uma herança histórica nossa que é a escravidão. Já dizia o Joaquim Nabuco que a escravidão, mesmo depois de abolida, ela continuaria soprando como um vento entre nós e estruturando as nossas relações. O quarto de serviço das empregadas, nos prédios,

e os elevadores de serviço, são uma herança direta da estrutura da casa grande e senzala, já dizia também Gilberto Freire.

Não vou nem falar da posição dos indígenas, porque estes vem sofrendo um genocídio que começa com a chegada dos governadores gerais aqui no Brasil. Tomé de Souza empilhou centenas de milhares de cadáveres na praia, de indígenas, não foi também por acaso. Tomé de Souza, naquela época considerava que os povos indígenas não tinham fé, não tinham lei e não tinham rei; portanto, não poderiam ser humanos, o que permitia não só o extermínio como o desalojamento cultural daqueles povos como forma de respeitá-los. Era preciso que os índios se convertessem, adquirissem uma alma segundo o batismo para que eles fossem respeitados. Essa lógica perdura até hoje, por exemplo, na ação de missionários evangélicos nos povos indígenas remanescentes. Há inclusive pastor evangélico dizendo que o urucum é a tinta do diabo. Então, por incrível que pareça, há pessoas com essa mentalidade, herdeiras dessa mentalidade e agindo mesmo hoje. Há uma outra posição de sujeito que também nos vulnerabiliza bastante. A pobreza, que é a posição de classe, a identidade de classe, a posição que a classe social traz nos vulnerabiliza e nos alija de direitos

E claro, a identidade de gênero. A identidade de gênero, o que é identidade de gênero? Durante o

debate do PNE, do Plano Nacional de Educação, eu e Érika Kokay, e alguns outros deputados, tivemos que enfrentar uma horda de fundamentalistas religiosos que usaram crianças e adolescentes com cartazes “Não a ideologia de gênero.” E a pergunta que a gente sempre fazia é: vocês sabem o que é identidade de gênero? Vocês tem noção do que é identidade de gênero? Não têm. Porque a gente tá vivendo também o tempo (tem uma peça de Miguel Falabella que ele chama... do Mauro Rasi, na verdade, que ele chama de *Império do Velcro*. Eu digo que a gente tá vivendo o império da burrice) em que as pessoas simplesmente, em tempos de rede sociais, elas afirmam o que não sabem, mas afirmam tão categoricamente que a gente pode chamar de burrice motivada. Então as pessoas não sabem o que é identidade de gênero, mas elas levantavam cartazes dizendo não a ideologia de gênero.

O gênero é essa sensação de si, por exemplo, que distingue homens de mulheres. Agora há pessoas nessa vida cuja percepção de si, a maneira como elas se enxergam e se percebem, não corresponde ao sexo que a natureza lhes deu, ao sexo biológico. Então tem pessoas que desde muito cedo, desde a mais tenra infância não se reconhece, não se identifica com o papel de gênero, com os comportamentos que a sociedade construiu para aquele sexo. Essas são as pessoas transexuais ou transgênero. Elas existem gos-

te a gente ou não. Elas existem e elas tem ganhado visibilidade. O filho da Angelina Jolie e do Brad Pitt é um exemplo disso. Desde a mais tenra infância aquela pessoa que se via e se tratava como garota não se sentia garota e queria ser garoto, e se vestir e identificar como os meninos. E que bom que ele nasceu na família de Angelina Jolie e Brad Pitt, porque se tivesse nascido no Rio de Janeiro, em Rio das Pedras, essa criança talvez estivesse morta, como um menino Alex, o garotinho Alex de 8 anos que no carnaval deste ano morreu espancado pelo pai. Chegou com o fígado dilacerado de tanto apinhar no hospital no Rio de Janeiro porque gostava de lavar louça e dançar a dança do ventre. E o pai espancou ele até a morte porque aquilo não era coisa de menino.

Então as pessoas transgênero, elas existem e a gente chama de identidade de gênero quando a percepção de si, os comportamentos, a performance não corresponde àquela que a sociedade determina para aquele sexo, porque também essa performance de gênero ela não é natural, ela é construída. Já dizia Simone de Beauvoir não se é mulher, não se nasce mulher, torna-se mulher no sentido da mulher que a sociedade constrói. Além dessa identidade de gênero que traz uma posição, e no caso das pessoas transexuais tem um problema seriíssimo na questão do acesso ao trabalho. Aliás, a posição de gênero também tem um impacto muito grande no acesso da mulher ao mundo do trabalho

e uma vez que a mulher acessa o mundo do trabalho, a mulher cisgênero que eu estou falando. A mulher cisgênero, por exemplo, é Érika Kokay. Érika Kokay é uma mulher cisgênero. O que quer dizer isso, cisgênero? É uma pessoa cuja a performance e a identidade de gênero está de acordo com aquela performance que a sociedade atribui ao sexo biológico que ela nasceu. Mas Rogéria, por exemplo, é uma mulher transgênero. Rogéria é transgênero porque a performance de Rogéria e a identidade de Rogéria não corresponde ao sexo que a natureza deu a ela.

Bom, as mulheres cisgênero têm uma dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, mas quando acessa o mundo de trabalho, ainda assim ela recebe menos salários, tem uma distorção salarial em relação aos homens. Muitas vezes, com mais formação do que um homem, uma mulher recebe menos do que um homem no mundo do trabalho, sobretudo no trabalho privado, não nas instituições públicas, mas o trabalho privado. No caso da identidade de gênero, a identidade trans exclui deliberadamente as mulheres transexuais e os homens transexuais do mundo do trabalho. Resta às mulheres transexuais, principalmente, a prostituição. Neste caso a prostituição não é uma escolha, a prostituição é um imperativo, é um destino, no caso das mulheres transexuais. Além dessa identidade, dessa posição de sujeito da identidade de gênero, nós temos uma outra posição de sujeito tra-

zido pela orientação sexual. E aí é importante distinguir a identidade de gênero da orientação sexual.

A identidade de gênero tem a ver com a pergunta quem eu sou, a orientação sexual tem a ver com a pergunta quem eu gosto. A orientação sexual diz respeito à sexualidade humana, ao desejo. Então nesse mundo há pessoas heterossexuais, há pessoas homossexuais e há pessoas bissexuais. Tem haver com para onde a gente orienta o nosso desejo. E isso não é uma opção sexual como alguns gostam de dizer, a gente não faz uma opção pela nossa sexualidade como opta pela roupa. A sexualidade é tecida pela cultura e pela natureza como se fossem as duas faces de uma moeda, inextricáveis e inseparáveis. Há uma dimensão cultural na construção da orientação sexual e uma dimensão natural, e elas estão de mãos dadas, de braços dados, inseparáveis. E a gente tem esse sentimento como algo absolutamente profundo e natural. Então ninguém opta pelo homossexualidade, ninguém constrói a homossexualidade artificialmente. A homossexualidade ela é tecida desde a mais tenra infância nessa relação entre natureza e cultura, entendida a cultura como especialização da natureza.

E essa posição de sujeito também nos vulnerabiliza no mundo do trabalho porque há pessoas homossexuais – lésbicas e gays – sendo demitidas de empregos ou sofrendo assédio moral quando se descobre que essas pessoas

são homossexuais. Os homossexuais têm que muitas vezes fazer uma gestão esquizofrênica da sua vida, ou seja, mentir no mundo do trabalho, mentir no trabalho sobre a sua sexualidade ou se comportar como se fosse uma ameiba, como se fosse um protozoário que não tem sexualidade para que os colegas o respeitem ou não façam fofoca, porque a homofobia também se expressa na fofoca, no chiste, no disse-me-disse, no riso por trás. Nas fotos compartilhadas no facebook, nas mensagens privadas tentando desconstruir os colegas para que eles não ascendam no mundo do trabalho. E sim, essa posição de sujeito que a orientação sexual traz também nos vulnerabiliza.

A Myrian Rios, por exemplo, ex-mulher de Roberto Carlos, aquela super atriz que se tornou deputada estadual no Rio de Janeiro – super atriz eu estou sendo irônico – ela deu uma declaração dizendo que ela não contrataria uma babá lésbica para cuidar dos filhos dela e não queria que o motorista que leva os filhos dela para a escola fosse um homem gay, imagina o professor do filho dela. Porque Myrian Rios, como tantos outros estúpidos desinformados e preconceituosos, acredita que há uma associação direta entre homossexualidade e pedofilia. Ainda que os números da pedofilia apontem exatamente o contrário, quer dizer, as estatísticas em torno da prática da violência sexual contra crianças e adolescentes praticadas por pe-

dófilos ou não – porque nem toda a pessoa que pratica a violência sexual contra criança e adolescente é um pedófilo e nem todo pedófilo chega a praticar de fato a violência sexual, muitos deles vão se tratar porque trata-se de uma doença – as estatísticas apontam que o alvo preferencial da violência sexual praticada por pedófilos são as meninas. E esses alvos são homens heterossexuais: são os pais, os padrastos, os tios, os irmãos mais velhos, o vizinho, o motorista do ônibus que não é homossexual. Mas sobretudo um discurso religioso construiu um pânico moral associando homossexualidade a pedofilia. Não é por acaso que a quadrilha, e eu falo sem medo de ser feliz – Moyses falou que falava porque era independente, eu falo porque eu sou livre, não é porque eu tenho imunidade parlamentar não, eu falo porque é verdade – a quadrilha de difamadores que tomou o poder legislativo, a quadrilha bolsonaro ao lado de pastores fundamentalistas promoveu uma difamação contra mim, me associando à pedofilia, e a Érika também, e essa difamação foi compartilhada por muita gente de bem, talvez algumas até nessa plateia. Muita gente de bem compartilhou essa calúnia. Porque, primeiro não se informa, segundo não checa a informação que compartilha nas redes sociais e terceiro porque o imaginário dessa pessoa está impregnado também dessa associação entre homossexualidade e pedofilia.



Isso faz com que os homossexuais estejam em desvantagem não só no mundo do trabalho, em que eles correm o risco de não serem contratados, ou de serem demitidos, ou de não progredirem na carreira por causa da sua homossexualidade. Traz desvantagens na vida, por exemplo. Nenhuma pessoa heterossexual vai caminhar na Avenida Paulista com a perspectiva e a possibilidade real de levar uma lâmpada fluorescente na cara. Ou nenhuma pessoa heterossexual vai correr o risco de ser expulso, ou vaiado, ou injuriado na praça de alimentação do shopping por ter expressado afeto ou carinho no companheiro. Além disso, há a questão do *bullying* que nos alija do direito, por exemplo, à educação. Quantos alunos adolescentes LGB-T's não deixam ou abandonam a escola por causa da humilhação que vem do *bullying*? Ou seja, essa posição de sujeito nos traz também essa desvantagem. Percebam que se a gente considerar todas essas posições de sujeito numa mesma pessoa a gente tem o que eu chamo de desvantagens cumulativas. Ou seja, uma pessoa transexual, negra, pobre e que more na periferia da cidade, ela tem muitas desvantagens cumulativas. Então a chance dela progredir é muito pequena.

Mesmo assim há quem fale “somos todos iguais perante a lei”. Por conta da minha atuação e da Érika eu ouço muito isso: “Mas você não precisa lutar por leis específicas, porque nós somos to-

dos iguais, a constituição diz que somos todos iguais”. Bom, essa pessoa ou é cega ou é completamente estúpida porque a vida está dizendo que não somos todos iguais, que estamos posicionados na vida de maneira diferente. Outro ataque que eu sofro muito na minha atuação é dizer que eu luto por uma particularidade ou por privilégios: “lute pelo povo!”. O que é o povo? O povo é uma abstração que não existe. As pessoas existem na materialidade explosiva dos seus corpos e das suas posições de sujeito. O povo é uma abstração que só existe para a direita, para os demagogos. As pessoas existem posicionadas. Uma pessoa que envelhece, que se torna uma pessoa da terceira idade, com toda a cosmética e com toda a tintura creme no cabelo, ela sabe que essa posição de sujeito traz desvantagens pra ela. Então ela não pode falar em povo. Uma pessoa com deficiência cognitiva ou física sabe das desvantagens que isso traz pra ela, não só das rampas de acesso, mas da falta de áudio descrição, na falta de intérprete de libras, e de tradução de braille pra que ela tenha acesso a cultura e a informação. As pessoas existem na sua diferença, como diz Pierre Bourdieu não existe maioria, existem as minorias. Então a atuação legítima é a minha e a da Érika que abordamos e interpelamos o cidadão por meio da sua posição de sujeito.

E por fim, para concluir a minha fala antes do debate – eu ia citar

os meus projetos de lei que interferem nessa questão, tentando criar equidade, mas eu posso citar isso durante o debate, alguns projetos de lei – eu quero falar dessa condição que o Moises trouxe que é a condição de HIV positivo. A AIDS no Brasil, ela hoje é uma epidemia silenciosa. E a AIDS se move, o caminho por onde essa epidemia se move é o caminho das desigualdades. Todas as desigualdades: as de gênero, a desigualdade social, a desigualdade entre heterossexuais e homossexuais, é o caminho por onde a epidemia de AIDS se move. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que pra uma pessoa letrada, com formação de classe média, com acesso aos serviços de saúde, a AIDS se cronificou, para essa pessoa a AIDS é uma doença crônica. Essa pessoa pode se infectar mas desde que ela faça uma adesão ao tratamento ela não vai morrer em decorrência do HIV. Ela pode morrer de bala perdida, ela pode morrer de qualquer outra doença, doença coronária, mas ela não vai morrer em decorrência do HIV.

Porém, esse país tem um débito – porque nascer num Estado-nação é nascer portador de um crédito que se dá na forma de direitos, e quando esses direitos são negados há, portanto, um débito do estado em relação à população – esse estado ainda tem um debito muito grande de educação, há uma parcela expressiva da nossa população que não perdura na escola. Ela acessa a escola, mas ela evade da

escola por necessidade de trabalhar. Então ela sai muito cedo da escola. Ou porque a escola é muito ruim, a educação que se dá é muito ruim, porque as escolas parecem com prisão, porque a escola não é sedutora, ela deixa a escola. A maioria é por necessidade de trabalhar. Se ela não tem acesso a escola e se ela não tem campanha de prevenção na TV em relação ao HIV (porque não temos mais campanhas de prevenção sobre HIV na TV, nós temos campanhas ridículas feitas no período de carnaval, mesmo assim campanhas que não são claras na sua comunicação) é obvio que essa pessoa que não tendo acesso a educação, não tem acesso a educação sexual, e vivendo numa sociedade hipócrita, moralista e cada vez mais fundamentalista, essa pessoa vai viver a sua sexualidade com risco.

Então nesse sentido a gente não pode falar em comportamento de risco, a gente tem que falar em vulnerabilidade. Essa pessoa então está vulnerável à infecção por HIV e ela de fato acaba se infectando. Ela se infecta por esse conjunto de vulnerabilidades: ela não tem acesso a campanha de prevenção, ela não tem acesso a escola e a educação sexual, ela não sabe sobre DST/AIDS. Ela portanto vive um comportamento de risco, isso que a gente chama de comportamento de risco mas que eu prefiro chamar de vulnerabilidade. Se essa pessoa for homossexual e transexual a chance é muito maior, óbvio. Uma pessoa transexual é expulsa de casa, ela não

fica em casa. Pai e mãe não toleram um filho transexual, expulsa de casa, e se for pobre mais ainda. Essa pessoa expulsa de casa – se ela é expulsa de casa, da escola eu não vou nem falar, porque ela não tem sequer acesso a escola – o que resta a ela é uma sociabilidade dada pelo grupo com o qual ela se identifica. E pra sobreviver ela tem que recorrer à prostituição. E na prostituição ela está vulnerável à infecção pelo HIV.

E a pessoa homossexual não é expulsa de casa porque homossexualidade pode ser trancada num armário, a identidade de gênero não. A transexualidade não se esconde em armário nenhum. Mas homossexualidade pode se esconder no armário. Há pessoas que vivem a vida inteira no armário, alguns armários de vidro, outros de cupim, mas armário. A pessoa homossexual, ela silencia sobre a sua sexualidade em casa. Ela vê o irmão dela que é dois anos, um ano mais velho do que ela, heterossexual, falar da namoradinha que ele tem no colégio. Ele vê o irmão levar a namoradinha em casa e os pais tratarem como absolutamente natural e normal. Portanto essa pessoa vive uma sexualidade saudável no sentido de que ela pode falar, ela pode levar a namorada em casa, ela pode ouvir da mãe: “toma cuidado, não engravida, usa camisinha” e tal. A pessoa homossexual não pode fazer nada disso. Não pode levar o namorado em casa, porque se levar é capaz de levar um tiro ele e o namorado. Se o pai não bater e espan-

car os dois. Se for uma família de classe media, não se bate nem se espanca, leva para um psicólogo, de preferência um charlatão, um psicólogo cristão que vai reverter a sexualidade dessa pessoa com terapias.

Essa pessoa homossexual, ela silencia sobre a sexualidade dela, mas a sexualidade está nela como de resto a sexualidade está em todos nós. Nós temos que viver a nossa sexualidade. Essa pessoa então vai viver a sua sexualidade clandestinamente, nos guetos, nos espaços de sociabilidade clandestinos, onde lá elas estão vulneráveis à infecção pelo HIV, e elas se infectam. Fernando Ferry, que é meu colega lá no mestrado de HIV/AIDS e hepatites virais da UNIRIO – coordenador, na verdade, do mestrado – ele falou recentemente de um caso de um garoto no Rio de Janeiro, de 19 anos, que chegou doente, e muito doente já, no Hospital Gaffrée e Guinle porque ele estava doente, óbvio, em decorrência do HIV. Ele já estava com AIDS, a síndrome já havia se instalado nele. Porque a AIDS não é uma doença, a AIDS é uma síndrome, um conjunto de doenças, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Então ele já chegou com a síndrome. Ele tinha 19 anos. Fernando Ferry imagina – calcula na verdade, porque ele é médico infectologista – que esse garoto se infectou aos 13 anos de idade. Isso é muito sério.

No Brasil morrem hoje 12 mil HSH's por ano. HSH's é o termo



da Organização Mundial de Saúde para homens que fazem sexo com homens que inclui, portanto, os gays, os bissexuais e aqueles que assim não se identificam. Porque, por exemplo, nas prisões, nos quartéis muitos homens praticam sexo com outros homens e não necessariamente são homossexuais. A prática da homossexualidade não implica na identidade homossexual. Muitas vezes a prática da homossexualidade é tão somente para fins de humilhação, para fins de dominação e de poder como acontece nas prisões; não se trata de desejo, mas de estrutura de poder, de relação de poder, então a humilhação, o estupro de homens é algo muito comum. É o que a gente chama de HSH's. 12 mil HSH's estão morrendo por ano. Se a gente combinar isso, se a gente considerar a identidade sexual, ou seja, a orientação sexual dessas pessoas, se a gente considerar a classe social dessas

pessoas e a etnia, a gente vê então desvantagens cumulativas. Quem está morrendo são os homens, os HSH's pobres, negros, moradores de periferia que não tem acesso a educação, que não tem acesso a campanha de prevenção.

E infelizmente, para concluir mesmo, o Moisés falou, a falta de campanha de prevenção se deve a uma atuação do fundamentalismo religioso no Brasil, do fundamentalismo cristão. E aí eu não estou com isso dizendo que todos os cristãos são fundamentalistas, porque não são, mas há cristãos fundamentalistas e são os cristãos fundamentalistas que estão dando o tom público, que estão falando publicamente em nome de toda a comunidade cristã. Eu acho que a comunidade cristã deveria se levantar e dizer que aqueles fundamentalistas não falam em nome dela, não lhes representa, mas são os fundamentalistas que estão falando em nome dela, e

eles tem feito uma pressão não só no legislativo, mas no poder executivo – seja na União, seja nos governos estaduais, seja nas prefeituras – pra impedir políticas de educação e políticas de prevenção de HIV/AIDS. Além disso, há um sentimento generalizado, moralista na sociedade que também leva a isso. As pessoas não querem falar de sexualidade. As pessoas não querem conversar cedo com seus adolescentes, com seus filhos adolescentes sobre sexualidade, por pura hipocrisia e moralismo, quando os adolescentes já estão sim vivendo a sua sexualidade. Então, como parlamentar engajado na defesa e na promoção dos direitos humanos de todos e todas, o nosso trabalho é batalhar pelo acesso igualitário e pelo tratamento igualitário, respeitoso, e pela igualdade de oportunidades não só no mundo do trabalho, mas também fora do mundo do trabalho, na vida. Muito obrigado.

Ministro João Oreste Dalazen

Agradeço o pronunciamento, a exposição riquíssima do deputado federal Jean Wyllys. E, chegamos ao momento do debate. Estamos abertos a perguntas que podem ser dirigidas à mesa neste momento, de preferência por escrito, ou se quiser fazê-lo verbalmente sinta-se a vontade. Gostaria de saber deputado, enquanto ninguém se manifesta, deputada Érika, qual é a perspectiva que os senhores vêem de aprovação da criminalização da homofobia? Sabe-se qual é a perspectiva, mas eu gostaria que os senhores aprofundassem um pouquinho essa questão.

DEPUTADO JEAN WYLLYS

Nesse ponto, eu e Érika, a gente tem um pontinho de divergência, nessa questão da criminalização da homofobia. Porque o projeto de lei de criminaliza a homofobia, esse do qual se falou muito e do qual se sabe pouco, o PLC 122, é um projeto que altera a atual lei que criminaliza o racismo como crime hediondo, imprescritível e inafiançável. Quer dizer, considera a homofobia um tipo de racismo e portanto criminaliza da mesma forma. É um pleito do movimento LGBT, ou de segmentos do movimento LGBT, um pleito antigo, com o qual eu tenho divergências, e eu coloco com muito cuidado essas divergências porque eu sei que essa é uma reivindicação histórica do movimento e portanto precisa ser respeitada. Mas eu tenho pontos de divergência pela seguinte razão: ao mesmo tempo eu defendo, eu sou um defensor do direito penal mínimo.

Eu luto pela descriminalização do aborto, pela legalização do aborto; eu luto pela descriminalização do uso das drogas, pela legalização e regulamentação da maconha, sou o autor do projeto de lei; eu sou contra a redução da maioridade penal, eu sou a favor das penas alternativas e das medidas socioeducativas. Então eu não poderia defender uma criminalização da homofobia que implicasse em ampliação do estado penal. Além

disso eu considero que a lei, essa lei que criminalizou o racismo, ela é uma lei inócua porque na prática ninguém é preso por conta desse crime. O juiz sempre interpreta de outra forma e ninguém é preso porque os penas que esse crime prevê são penas duríssimas, esse crime é hediondo, é imprescritível (não prescreve) e é inafiançável (você não pode se soltar por fiança), o destino é a prisão. As prisões no Brasil, elas são medievais, basta a gente vê o caso de Pedrinhas no Maranhão e a rebelião que resultou na degola de pessoas. Uma das pessoas que foi degolada, o crime que essa pessoa cometeu foi receber um lote de pneus, que ele comprou e era roubo. Quer dizer, ele foi considerado receptor de roubo por um lote de pneus que ele comprou e não tinha nota fiscal pra provar que ele comprou, ele foi preso, ele estava a quatro meses preso. Na rebelião, como ele não tinha facção – quando uma pessoa não tem facção numa prisão, quando há rebelião, são as primeiras sacrificadas – ele foi degolado e a cabeça dele foi exposta nas redes sociais.

Então a prisão não deve ser o destino, na minha avaliação, para certos crimes como o crime de injúria, como a difamação, a calúnia e a discriminação. Eu acho que nesse caso tem que haver penas alternativas. Penas alternativas, penas pecuniárias, penas socioeducativas que transformem os sujeito, que levem o sujeito a repensar a sua prática homofóbica,

ou racista, ou sexista porque a homofobia e o racismo tem a ver com preconceitos, e os preconceitos são da ordem cognitiva, tem a ver com falsas certezas que nos são transmitidas e sobre as quais a gente não pensa ou que a gente não desfaz. São coisas que a gente carrega de maneira tão introjetada que a gente não pensa sobre elas e trata como natural. Então a homofobia e o racismo tem a ver com essas falsas certezas. Portanto, eu acho que o sujeito tem que se transformar, tem que ser dado a ele a chance de se transformar. Então eu defendo que a injúria, a calúnia, a difamação, a discriminação homofóbica sejam punidas com penas pecuniárias, com penas socioeducativas.

Agora, ao mesmo tempo, eu defendo que o Código Penal, nos crimes já previstos pelo Código Penal, o crime contra a vida, a lesão corporal, o Código Penal contemple, reconheça a homofobia como uma motivação desses crimes. É fundamental. Se a gente reconhece que o crime contra a vida pode ser praticado motivado por homofobia, se a gente considera que alguém pode sofrer lesão corporal motivada por homofobia ou por homo-lesbo-transfobia, a gente terá criminalizado a violência dura contra os homossexuais, punindo da maneira que tem que punir, considerando a homofobia um agravante e, portanto, as penas previstas já estão previstas. Se a gente reconhece a homofobia como uma motivação torpe, a gente agrava a



pena e com isso a gente criminaliza a expressão mais dura da homofobia e ao mesmo tempo assegura que a expressão *soft* da homofobia seja transformada, desconstruída por penas alternativas e por penas pecuniárias.

Por exemplo, pra mim é muito mais importante que pastores evangélicos que pregam o ódio contra homossexuais nos púlpitos das suas igrejas, que desqualificam os homossexuais que desumanizam os homossexuais com os seus discursos de ódio sejam punidos muito mais com multas – que é onde vai pesar muito mais pra eles – do que com a ameaça de prisão. Eu acho que essa pessoa é um fundamentalista. E um fundamentalista é alguém incapaz de fazer uma leitura da bíblia que não seja leitura literal. Um fundamentalista é alguém que não leva em conta o conhecimento que a humanidade acumulou ao longo desses três milênios de cultura ocidental, que a gente pode dizer assim. Uma pessoa que lê a bíblia ao pé da letra é alguém que não considera que a bíblia foi escrita originalmente em aramaico, traduzida para o grego, do grego para o latim e do latim para as demais línguas modernas. É uma pessoa que não considera que toda tradução é uma traição, que não há tradução literal. Nenhuma língua pode ser traduzida literal, toda tradução é uma traição porque não há palavras correspondentes muitas vezes na língua, e quando você traduz você abre a possibilidade de modificar o sentido. Uma pessoa fundamentalista não considera

que a bíblia foi impressa numa gráfica ali na esquina. Você pode chegar ali na gráfica e ver centenas de milhares de papéis impressos errados jogados no lixo. Os fundamentalistas acham que a bíblia caiu diretamente do céu na mesa deles. Que a bíblia não é algo material, produzido materialmente.

Uma pessoa fundamentalista não leva em conta o conhecimento que deve nos levar a reinterpretar a bíblia. Eu dou sempre esse exemplo (não vou nem falar dos exemplos morais, de como superamos a escravidão, por exemplo; a escravidão é algo imoral que a gente superou e, entretanto, lá no Antigo Testamento, em Levítico, a escravidão é quase que recomendada pela bíblia. Não vou nem falar desse exemplo), vou dar o exemplo da batalha de Jericó, em que Josué teria parado o Sol. Ora, se a gente ler a bíblia hoje a gente não pode considerar que Josué parou o Sol, porque o Sol não se movimenta, é a Terra que gira em torno do Sol e gira em torno de si mesma. Então se Josué parou alguma coisa, foi a Terra, não é verdade? Então a gente não pode pegar esse trecho hoje e ler literalmente. Quando a gente lê literalmente a gente está sendo fundamentalista. A gente está indo para o fundamento da nossa religião, para o alicerce das nossa religião que é o texto, o conjunto de narrativas e lendo ao pé da letra. É por isso que a gente chama os fundamentalistas islâmicos de fundamentalistas, porque eles também pegam um trecho do Alcorão, leem ao pé da letra e praticam seus atos

de terrorismo porque creem que Alá vai recompensá-los com um paraíso de virgens.

Então, é nesse sentido que eu acho que a criminalização tem que dá a chance a esses pastores fundamentalistas, que agem por pura falta de conhecimento, que eles se transformem como sujeitos. Então a pena pecuniária, a multa – que é dinheiro, eles gostam bastante, são todos muito gananciosos e fazem uma exploração comercial da fé – que sejam aplicadas multas a eles e dado penas alternativas, como prestação de serviço. Eu adoraria ver, por exemplo, um pastor que proferiu um discurso de ódio, que desqualificou os homossexuais e os desumanizou, limpando o chão, por exemplo, da enfermaria do Hospital Gaffrée e Guinle onde há pessoas doentes de AIDS, para que ele veja o sofrimento daquelas pessoas e entenda que ele colaborou para a desumanização daquelas pessoas que as levou a se infectar pelo HIV. Isso iria transformá-los como pessoas. Então é essa a criminalização da homofobia que eu defendo e a perspectiva é que dessa maneira ela seja mais aprovada, ela seja aprovada com mais velocidade do que a maneira antiga que é aquela que equipara ao racismo. Porque de resto o próprio movimento negro tem problemas com essa equiparação da homofobia com o racismo. O movimento negro não quer alterar a lei que eles conquistaram com tanto trabalho, embora seja uma lei inócua na prática, que não leva ninguém a prisão.

Ministro
João Oreste Dalazen

Muito obrigado.

Deputada Érika, por favor:

**DEPUTADA
ÉRIKA KOKAY**

Bom, eu tenho uma consciência muito grande que, frente à violência crescente na nossa sociedade, a tentativa mais imediata do Parlamento particularmente – mas não só do parlamento, também daqueles que ocupam e representam o Estado nas suas mais variadas formas – é de tentar encarcerar. É como se nós tivéssemos um *fast-food*. A discussão da redução da maioria penal, que se você fizer uma pesquisa no Brasil, você vai ver que as pessoas entendem que a prisão não recupera, elas tem clareza disso. Faz parte do senso comum. Eu acho inclusive que há uma adulteração do senso comum. As pessoas estão percebendo as coisas diferentes a partir de uma verdadeira opressão midiática e de uma construção diária onipresente, onipotente. Como diz Althusser, *existem os aparelhos ideológicos do Estado, e um desses aparelhos ideológicos, penso, são as estruturas de comunicação na nossa sociedade. Então eu tenho clareza disso, que é o que eu falo das respostas fast-food. As pessoas tendem a qualquer momento: Encarcera! Encarcera! Encarcera! na perspectiva de dar respostas*

que elas sabem que são placebos, que são respostas que não resolvem, mas que buscam justificar o cargo que se ocupa nas várias esferas do Estado. Então, por isso, há uma crise de segurança no estado de São Paulo e o governador vai e propõe um recrudescimento das medidas socioeducativas, particularmente a de internação.

E nós estamos elaborando uma outra construção, uma construção de que é preciso criminalizar os gestores, penso eu, que não fazem políticas públicas que assegurem que nós tenhamos criança e adolescente vivendo a sua infância e a sua adolescência. Então em vez de criminalizar o fruto da própria sociedade e do caráter inócuo ou da ineficiência do Estado, vamos criminalizar quem não utilizou a única prioridade absoluta que está prevista na nossa constituição que é a prioridade para a criança e o adolescente. Então existe uma norma que muitas vezes é encarada como norma programática, mas não deveria ser uma norma programática, deveria ser uma construção e uma exigência, e é esse o projeto de lei que nós estamos elaborando. Nós queremos que os gestores apresentem uma proposta de políticas para as crianças e adolescentes aos respectivos parlamentos, que façam a dotação orçamentária, que possam prestar contas da execução e da qualidade das políticas, e que ao não efetivá-la possam ser punidos inclusive com a inelegibilidade, ou seja, que eles possam ser punidos por isso. Então esta é

uma discussão que nós estamos traçando.

Isso, penso eu, é uma discussão diferente do que significa a criminalização da homofobia. Falo com o Jean que eu não considero que são duas vertentes. Reduzir a maioria penal não vai no mesmo sentido da criminalização da homofobia, como não foi o mesmo sentido da lei Maria da Penha. A lei Maria da Penha é um recrudescimento penal, é uma criminalização da violência doméstica. Então essa criminalização, ela fez com que nós tivéssemos novos parâmetros de avaliação e de desconstrução cultural. Eu tenho uma clareza que as leis só não bastam. Diz Drummond, e eu concordo com ele, que “os lírios não nascem das leis”. Os lírios não nascem das leis. As leis só não bastam. Mas é preciso que nós entendamos, primeiro, que uma lei, ela é fruto de uma discussão na sociedade. Ela é fruto e ela significa um signo, signos na nossa própria sociedade. E também é semente. Todo fruto é semente e toda a semente vai ser um fruto um dia, seguindo a lei natural da vida.

Então uma lei, ela significa um amparo concreto e uma condição concreta para que você possa impedir que a homofobia seja confundida com a liberdade de expressão. Então é preciso que nós tenhamos parâmetros claros. E digo isso porque muitas vezes se diz: mas é só o discurso. O discurso homofóbico é o discurso que afia a faca, afia a faca. Porque o discurso



so ele sempre é a ponte, o canal de comunicação entre o pensamento e a ação. Os discursos não são inocentes, já dizia Foucault, os discursos não são inocentes. Os discursos, eles são construídos, e os discursos se transformam em ação ou potencialmente podem se transformar em ação. E os discursos constroem a lógica do ódio e representam – e aí utilizando Foucault, Lacan inclusive – como você se simboliza, quais são os símbolos que você carrega, como você adentra na cultura. Então os discursos não podem ser impunes, não podem. Os discursos, eles têm que ser uma expressão, como é a injúria, de uma lógica de ódio que vai se transformar na desumanização literal. Porque as mortes homofóbicas neste país, elas são construídas, muitas vezes, nos púlpitos do nossa cidade, do nosso país. Elas são construídas nas tribunas onde os parlamentares disseram que iam honrar uma constituição que fala em dignidade humana, e que desrespeitam essa constituição. Isso não pode ficar impune, isso não pode ficar impune. Então é preciso que nós avancemos na perspectiva da criminalização da homofobia para que nós possamos incidir de uma forma muito aguda no processo de construção cultural, que nós desnaturalizemos a homofobia, desnaturalizemos o discurso homofóbico e possamos construir uma lógica dos próprios operadores de direito.

É muito importante que nós possamos detectar o que é que vem

de ódio, do ódio como foi a lei do racismo. A lei do racismo, ela pode ser inócua no que diz respeito às prisões e ao encarceramento, mas ela não é inócua do ponto de vista do instrumento que ela foi construída, que se construiu na sociedade para que você possa denunciar, para que você possa ir adiante, para que você possa, enfim, rejeitar o racismo enquanto uma lógica natural. Ela foi um avanço. A lei Maria da Penha, muitas vezes ela não prende o agressor, ela é mais completa porque ela envolve políticas públicas que eu acho que são necessárias que sejam envolvidas e eu acho que a gente tem que trabalhar nessa perspectiva, políticas públicas para que você possa desconstruir – a lei Maria da Penha faz isso – a naturalização da violência contra a mulher. Ela ao mesmo tempo estabelece também o atendimento ao agressor, isso é estabelecido na própria lei Maria da Penha. É possível que você construa outros instrumentos legais para que você possa tratar a homofobia do ponto de vista da relação com as políticas públicas, e do ponto de vista também da atenção ao agressor.

Mas eu penso que esse país precisa aprovar essa legislação, para que possa desconstruir a sua naturalização, a homofobia é naturalizada. Naturalizada dentro de casa, nos púlpitos, nas igrejas e essa lógica fundamentalista, que dizia o Jean Wyllys é a interpretação literal do que está escrito, ela é mais do que isso. Você constrói um modo de ser humano do ser

humano. Então só tem um tipo de humano que é respeitado e que é considerado como ser humano. Só tem um tipo de humano, um tipo de humano que é o humano hétero, é o humano que está dentro das condições que se estabeleceram para o que é possível para alcançar a nossa humanidade.

E por fim dizer que, quando você criminaliza, ao criminalizar a homofobia nós vamos ter também a especialização no Ministério Público, nós vamos ter a especialização de encarar esse tipo de crime, tipificado enquanto crime, do próprio Poder Judiciário, dos operadores de direito. Porque hoje, recentemente, nós fomos no Ministério Público, eu e o Jean, discutir o caso de uns meninos que foram agredidos em um bar aqui em Brasília. Foram agredidos porque são homossexuais. Homofobia explícita. E ali não tinha como tipificar enquanto crime de ódio. Porque não tem tipificação, não é considerado crime a homofobia. Não é considerado. Então você vai tipificar porque houve a lesão, porque houve o atentado, mas você não tipifica enquanto crime de ódio. Não tem uma posição do Estado enquanto um crime que nitidamente é um crime de ódio. Porque não tem a tipificação como um crime a homofobia. E dizia o procurador da importância de você ter uma especialização, inclusive como a gente tem construído nas mulheres – eu não estou falando de varas específicas, estou falando de especialização no direito, na implementação da própria lei, os

operadores que possam ter mais *expertise*, que possam ter mais condições de avaliar os crimes de ódio como nós temos hoje no que diz respeito ao racismo.

Então penso, que a gente avançou com a criminalização do racismo, que a gente avançou com a criminalização, o recrudescimento na lei Maria da Penha, eu defendi – e vejam como me parece contraditório, nós fizemos toda uma discussão com relação a lei das drogas, que você não teria que trabalhar com o encarceramento, nós fazemos toda a discussão contra a redução da maioridade penal – mas eu defendi, particularmente, que as pessoas que não paguem pensão não tenham a flexibilização do regime, que seja o regime fechado. Ou seja, se o juiz constata que ele tem condições de pagar (ele, mas pode ser ela também, majoritariamente é ele) e ele não paga, havia uma discussão na Câmara, no novo Código de Processo Penal, para que você pudesse flexibilizar e possibilitar inclusive a prisão domiciliar. E eu digo o seguinte: tem um caráter pedagógico a prisão, a prisão de quem não paga a pensão tem um caráter pedagógico. E é preciso analisar as coisas sem uma concepção, onde caibam todas as expressões.

Existe uma necessidade de tirar a lógica encarceradora – que ela é biombo para a ineficiência dos gestores, muitas vezes –, é preciso que nos possamos, neste quadro, entender o que significa a criminalização da homofobia para des-

construir os discursos de ódio, para especializar a nossa própria justiça, o nosso próprio poder, o Ministério Público no entendimento desses crimes e para que nós possamos simplesmente tipificar. Ora, não é só uma lesão corporal, não é só uma injúria, não é só uma ameaça, é uma ameaça em função de uma construção de ódio. É uma ameaça em função da falta de um reconhecimento do que é a nossa humanidade. Por isso eu sou uma defensora absolutamente ferrenha da criminalização da homofobia, ainda entendo que a gente precisa de políticas públicas, que a gente precisa de uma outra lógica de enfrentar essa cultura que é a forma que a gente se reconhece no mundo e reconhece o outro e estabelece a nossa própria forma de viver.

Com tudo isso, a gente ajuda nessa construção cultural. E a gente ajuda a eliminar os chistes, os chistes (Freud tem um texto que fala sobre os chistes inclusive), os chistes não são inocentes. A piada é a forma como você quer embalar como presente, embalar de forma bonita o seu próprio preconceito. É como você quer embalar como presente a sua discriminação. Ela é construção cultural, social e construção da forma de perceber o mundo. Portanto, nós não podemos encarar como “... não, isso é apenas uma piada», porque via de regra, os *bullying* que acontecem nas nossas escolas e que fazem com que parte dos meninos – e a gente tem vários casos disso – saiam da escola, principalmente

os transexuais. O Jean tem razão. Os trans e as trans, eles não têm armário. Ninguém vive a humanidade dentro do armário, penso eu, mas os armários, eles podem servir como proteção num primeiro momento até que você tenha condições de fazer esses rompimentos. Não tem armário, porque é evidente, você tem uma outra identidade de gênero. Então, isso é muito doído, isso provoca muitas exclusões, inclusive no universo da escola, das ruas, dos bares.

Enfim, as ruas, elas passam a ser negadas, então se constroem os guetos, onde eu falo comigo mesmo, com quem é como eu sou. Ai você vai construindo armaduras muito grandes que são mecanismos de proteção e de defesa. Então, portanto, frente a tudo isso, é que eu acho que a gente tem que aprovar a criminalização. Respeito e entendo o porquê o Jean discute isso, a gente tem a mesma compreensão do Estado penal mínimo, mas é esse Estado que é tão violento, que é tão mínimo em assegurar direitos, via de regra, porque é mínimo em assegurar direitos, e é tão máximo no que diz respeito à invasão e ao seu caráter penal, ele tem que se posicionar em relação a homofobia e tem que dizer de forma muito clara que é crime. Você pode até discutir quais são as penalidades, como é que você vai estabelecer, discutir como se constrói isso, que não haja encarceramento ou que tenha outras coisas, mas é preciso que o estado tenha uma postura clara. A presidenta Dilma Rousseff, inclusive,



ela colocou enquanto uma das propostas do seu plano de governo, ou da sua atuação, que seria a criminalização da homofobia. Não dá para dizer que não é crime, porque ela [a homofobia] vai dentro, ela arranca...

DEPUTADO JEAN WYLLYS

Érika, só um comentário. Uma das razões de ter feito apoio crítico a presidenta Dilma foi esse. Eu quero deixar claro aqui – porque pela fala fica parecendo que eu não sou um defensor intransigente da criminalização da homofobia – eu sou defensor intransigente da criminalização da homofobia. Eu acho que a homofobia tem que ser criminalizada e tem que ser dado aos operadores de direito instrumentos pra que a gente criminalize a homofobia. Disso não há dúvida. Eu acho que quando a gente altera o Código Penal para apontar como motivação de crime contra a vida e como motivação da lesão corporal o crime da homofobia, ou a homo-lesbo-trans-fobia, a gente está criminalizando a homofobia de fato. As pessoas serão punidas com prisão como previsto pelo código penal, e com agravante, considerando então a motivação homofóbica um agravante.

O que eu defendo é que a criminalização se estenda pensando em penas alternativas, socioeducativas e pecuniárias pra o discurso

de ódio. Porque eu não acho que o caminho da desconstrução do discurso de ódio seja encarcerar pessoas. Não acho mesmo. Não acho que essa seja a lógica que a gente defenda e que vá desconstruir a homofobia a médio e a longo prazo. A gente precisa desconstruir a homofobia no seu nascedouro. A homofobia tem a ver com preconceitos. Então, não basta querer que pessoas sejam encarceradas por proferirem piadas e discurso de ódio. Prefiro que as pessoas se desfaçam desses preconceitos que geram a piada e o discurso de ódio. E aí eu acho sério quando a gente considera uma piada, uma ofensa ou uma injúria um crime hediondo imprescritível e inafiançável. Como assim?

Nessa discussão com o promotor – que a gente teve, eu e a Érika – ele deu razão, porque assim, têm umas distorções do Código Penal que são absurdas. Quer dizer, para o crime de adulteração de cosmético a pena mínima é de 10 anos enquanto para o crime contra a vida a pena mínima é de 6 anos. Como assim, adulterar um xampu é mais grave do que matar uma pessoa. São as distorções típicas desse Código Penal. Além disso, o estado penal já se voltou contra nós homossexuais. E aliás, em outros países, o estado penal criminaliza a homossexualidade com pena capital e com trabalhos forçados. Aqui no Brasil já houve as delegacias de jogos e costumes que perseguiam os homossexuais. Chibatadas, apedrejamentos. Eu não quero fortalecer o estado pe-

nal que pode se voltar contra mim a qualquer momento, por essa lógica de encarceramento.

Então eu proponho uma criminalização da homofobia que seja responsável com a própria desconstrução cultural da homofobia, que penalize com prisão e endureça inclusive as penas, quando o crime é motivado, quando há o crime de ódio, óbvio, a lesão corporal e o homicídio motivado pela homofobia, mas que dê penas alternativas para essas expressões sociais da homofobia que é a discriminação no mundo do trabalho, por exemplo. Eu não quero mandar o cara da empresa para prisão porque demitiu uma pessoa por ser homossexual. Eu prefiro que o homossexual seja readmitido e que a empresa seja multada por isso, e que o dinheiro da multa seja revertido para instituições que promovem a cidadania LGBT. Eu acho que com isso a gente constrói uma sociedade melhor do que essa lógica da vingança.

DEPUTADA ÉRIKA KOKAY

Deixa eu lhe dizer, eu não trabalho com a lógica da vingança. Apenas dizer que a injúria não encarcera, inclusive racial. Então é toda uma discussão do movimento negro de ser mais duro com a injúria. A injúria não encarcera. Então não é verdade que o crime de racismo ele é imprescritível, e ...

**DEPUTADO
JEAN WYLLYS**

Hediondo!

**DEPUTADA
ÉRIKA KOKAY**

E inafiançável. Então ele tem essas duas condições. Não quer dizer que você vai encarcerar, porque não encarcera. A injúria não encarcera. A discussão no movimento negro é de considerar o encarceramento da injúria.

**DEPUTADO JEAN
WYLLYS**

Não encarcera por causa do juiz.

**DEPUTADA
ÉRIKA KOKAY**

Encarcera porque não cabe fiança, mas tem um processo. Então veja, neste caso, neste caso eu não estou dizendo que as pessoas vão receber uma pena e vão cumprir essa pena na prisão. O que eu acho é que não pode ter dois pesos e duas medidas. Eu não posso dizer que o racismo eu trato como imprescritível e inafiançável e que a homofobia é um crime menor. Porque? Porque ele está dentro dos púlpitos? Será que é preciso você permitir, você tem que permitir que estar dentro de uma ló-

gica religiosa, ela seja permitida? A religião, ela é livre para poder dizer se permite o casamento, se não permite o casamento. Mas a religião não pode interferir na construção do que é a própria lei, do que é o direito. Não pode. Nós temos consenso com relação a isso inclusive

Então veja, o que está dado hoje: se colocou a questão da homofobia dentro da lei do racismo, onde você tem toda uma discussão de que você prende imediatamente, mas em rigor, em verdade, a injúria tem soltado as pessoas. E é uma discussão do movimento negro, que a gente tem que fazer também, que eles querem encarcerar a injúria mesmo, não apenas encarcerar naquele momento. Então, portanto, eu digo o seguinte: nós não podemos ter, nós vamos fazer uma criminalização, mas ela não é igual a outra criminalização do crime de ódio, que é o crime do racismo. Eu acho que tem que trabalhar na perspectiva de aprovar esse processo, tem que fazer uma discussão eivada de políticas públicas, tudo isso nós somos absolutamente de acordo, nós também estamos de acordo na criminalização, mas se eu deixar de trabalhar nessa perspectiva e se eu recuar e retirar a homofobia ou não aprovar o projeto que está no Senado, que já passou pela Câmara, nessa perspectiva, para a construção de um outro modelo, eu vou estar sinalizando com a permissão para que a homofobia continue existindo e eu vou estar dizendo que

racismo é uma coisa e homofobia é outra. Que homofobia é mais branda, é mais leve.

Então eu sugeriria que nós pudessemos trabalhar na aprovação do projeto que está no Senado, como ele está, com um adendo ao projeto de racismo, que não é só racismo, têm outros crimes também, e que nós possamos trabalhar numa outra legislação acerca do racismo, acerca dos crimes ou das expressões de ódio, mas que nós não façamos, neste momento, até por um ponto de vista de um movimento tático, o movimento tem trabalhado com isso, tem se aferrado a essa possibilidade, é a possibilidade mais concreta que existe, porque nós não vamos também aprovar penas alternativas de pastor estar limpando, com a bancada que nós temos lá. A dificuldade será a mesma.

Olhe eu só vou dizer uma coisa para vocês. Nós enfrentamos uma luta imensa, não foi pra descriminalizar aborto e tal, porque a sociedade é hipócrita mesmo, o aborto existe, todo mundo sabe que o aborto existe e atinge milhões de mulheres. Recentemente teve o caso de uma senhora que foi assassinada, que foi morta porque o aborto é criminalizado e se buscou outras esferas. Não importam as mulheres que morrem porque fazem aborto de qualquer jeito ou interrompem a gravidez de qualquer jeito. Nós não estamos falando de descriminalização do aborto. Nós estamos



falando de um projeto que foi aprovado, um projeto de autoria da deputada Yara Bernardi, que é um projeto de atendimento às vítimas de violência sexual e um determinado inciso de um artigo diz que as mulheres, obviamente as mulheres, teriam direito a receber a pílula do dia seguinte. Ou seja, a pílula do dia seguinte, ela impede a gravidez porque ela é uma profusão de hormônio que impede a fecundação. Estava escrito ali. Esse é um protocolo que o Ministério da Saúde aplica desde 1999, se não me engano, que é assim: a pessoa vítima de violência, são mulheres, a pílula do dia seguinte, o coquetel antiviral, o atendimento psicológico. Enfim, tem um protocolo.

E nós sofremos uma das maiores pressões que eu não acreditava que era possível ser construída. Nós tivemos duas reuniões, as mulheres da bancada – eu sou coordenadora adjunta da bancada feminina – nós tivemos, a coordenação da bancada feminina, em duas reuniões com vários ministros, porque havia uma pressão da Igreja Católica e das igrejas evangélicas para tirar a pílula dia seguinte, para tirar. Inclusive eles mandaram um projeto para eliminar a pílula do dia seguinte, porque ele diz que a mulher só pode tomar a pílula do dia seguinte depois de passar por um processo na delegacia, no juiz. Aí não adianta mais porque a pílula do dia seguinte só tem eficácia nas 72 horas depois do ato, no dia seguinte, o nome já diz. Então

veja, nós sofremos uma pressão imensa, a gente reuniu uma série de movimentos, fizemos a reunião com vários ministros e a presidenta Dilma Rousseff decidiu sancionar, isso há uma semana do Papa chegar no Brasil, e que foi utilizado inclusive isso, que era uma oferta a ser concedida ao Papa, que houvesse o veto desse inciso. A presidenta Dilma, sancionou. O que eu estou dizendo para vocês é que o nível de fundamentalismo, ele é extremamente ignorante, extremamente ameaçador do estado democrático de direito.

Então, portanto, há um projeto que já foi construído, já passou pela Câmara, que é um símbolo do movimento, que está no Senado, acho que nós temos que aprová-lo, nós não podemos permitir que haja qualquer tipo – da mesma forma que o projeto do Jean que fala da regulamentação da profissão das profissionais de sexo, e houve um posicionamento da CUT que eu até entendo o posicionamento da CUT, eu já fui da CUT inclusive, que dizia que era contra o projeto que significa perenizar a discriminação contra a mulher e tal e tal. Eu acho que é um absurdo que você tenha tido uma posição daquela neste momento quando o projeto tava sobre um ataque fundamentalista absolutamente concreto. Então penso que qualquer recuo, qualquer recuo para dizer que a discriminação homofóbica é menos grave do que o racismo, do que a discriminação étnica, ou racial.

DEPUTADO JEAN WYLLYS

Mas não é isso.

DEPUTADA ÉRIKA KOKAY

Porque se você tira o projeto de lá, se você não aprova o projeto como está, e você cria uma legislação própria, você em verdade está criando dois pesos e duas medidas. Na minha concepção, do ponto de vista tático. Eu entendo o que o Jean fala, eu entendo que o estado penal tem que ser mínimo, embora em determinados momentos seja importante você ter, ele tem um caráter pedagógico também. Então veja, eu penso que a gente tinha que aprovar o que está lá, o projeto está no Senado como está, “adendado” à lei contra o racismo, e a partir daí trabalhar uma outra legislação que possa envolver inclusive a questão do racismo. Mas se a gente tira a homofobia de lá ou não aprova esse projeto, a mensagem que se passa, no ataque que nós sofremos (o Jean sabe quantas vezes saíram nas redes sociais, que se dizia o seguinte: “De que lado você está? Dos pedófilos? – e os pedófilos éramos nós – Ou do lado da família?” – e a família era a família margarina com violino e tal; como isso foi disseminado em várias igrejas e a gente sofreu isso durante o processo eleitoral

de uma forma muito profunda). Então eu queria pedir licença, dizer que é uma alegria estar aqui nesta mesa, uma alegria contar com Jean Wyllys – vendo o meu resultado eleitoral, em seguida eu via o do Rio de Janeiro e pensava o seguinte: o Jean tem que vir, o Jean tem que vir. E deu um show de bola, porque teve mais de 140 mil votos, não é Jean?

**DEPUTADO
JEAN WYLLYS**

145 mil

**DEPUTADA
ÉRIKA KOKAY**

Eu fiquei feliz demais da conta porque é um orgulho para o povo brasileiro ter uma pessoa como o Jean, com a coragem que ele tem, e essa transformação de uma vergonha que a heteronormatividade impôs a todas as pessoas, à comunidade LGBT, você transformar isso no orgulho, e uma fala que ele já disse várias vezes, quer dizer o seguinte: “Eu estou aqui. Eu estou aqui. É o Congresso Nacional. Eu estou aqui com minha homossexualidade, com a minha homoafetividade, com as minhas ideias. Eu estou aqui”. Isso representa muito para esse Brasil que ainda precisa fazer esses lutos todos das casas grandes e senzalas. Um abraço grande para vocês, eu vou ter que ir em uma outra reunião.

Ministro
João Oreste Dalazen

Nosso agradecimento a deputada Érika Kokay, foi uma honra tê-la conosco. Moysés Toniolo, tem a palavra.

MOYSÉS TONIOLO

Desculpe eu já estava me coçando aqui, a urticária estava pegando por causa da discussão. Bom, eu gostaria de lembrar, já que a discussão está no âmbito jurídico, sobre crime inclusive, nós temos crimes de atentado violento ao pudor que muitas vezes são imputados pela prática de homossexuais, simplesmente por eles estarem se amando. Isso é considerado muitas vezes atentado violento ao pudor. Heterossexuais que fazem qualquer outra coisa a vista pública, às vezes até usando o mesmo sexo, digamos assim, que os homossexuais, não serão considerados da mesma forma em certas circunstâncias. Mas nós temos também o crime de transmissão de moléstia grave, porque ainda não tipificaram a transmissão do HIV/AIDS, conforme foi dito existem 4 projetos pra isso, mas para aquilo existem os crimes. Agora, não existe crime para negar assistência, não existe crime para negar tratamento, não existe crime para negar diagnóstico, não existe crime pra discriminar. Enquanto isso as vidas estão se perdendo por causa dessas coisas.

O que é que vai se adotar como resposta a isso, inclusive porque algumas vulnerabilidades, elas não são só pessoais. Algumas vulnerabilidades, de alguns públicos, elas são pessoais, são sociais, são programáticas porque o nosso Estado que deveria ser de direito é o Estado de favor, certas horas. Então se você não tiver uma boa educação, porque você é pobre, se você não tiver uma boa informação – eu não vou dizer dos condicionantes disso, mas se você for pobre, se você não tiver boa informação, não tiver boa educação – se você não souber onde é que está uma unidade de saúde, ou se você tiver vergonha de, por quem você é, chegar até essa unidade de saúde para exigir uma camisinha por favor, como diria lá na Bahia, como é que fica o seu direito depois dessa vulnerabilização?

Engraçado, no domingo eu estava num almoço de vários amigos e amigas em que a maior parte eram casais homossexuais, um deles com 30 anos de casamento, contando várias coisas e do quanto um sofrimento imposto por ter que mascarar, ter que esconder leva a sofrimentos que vulnerabilizam e que levam a outros tipos de consequências na vida das pessoas. E foi comentado o quanto nós temos casos agora, ultimamente, de travestis e transexuais que, primeiro, por uma questão de serem levadas para a prostituição, se montaram, se construíram como seres lindos que são, porque são usados inclusive por homens que não admitem isso, e que in-



clusive pagam a elas – para aquelas que não foram redesignadas sexualmente – pagam a elas para serem penetrados e pagam ainda mais caro para que não tenham proteção nesse momento. Mas elas é que são as culpadas, porque há uma tendência de sempre culpabilizar o outro que é diferente.

Mas a gente estava tratando justamente de algumas delas, que por processos de fundamentalismo religioso, estão passando por situações de se destransformarem ou da travestilidade ou da transexualidade que não tenha sido redesignadas. Se bem que uma que já era redesignada se suicidou logo em seguida após tirar seios, tirar próteses, ao virar menino de novo. O mais terrível de tudo isso é que a gente não percebe que a gente discrimina, vulnerabiliza e criminaliza o transformar-se no feminino, que é o pior de tudo. Porque a nossa sociedade é tão machista que o ser feminino para um homem é torná-lo menos. A gente às vezes dá muito mais valor para uma mulher que se masculiniza, a gente discute às vezes em grupos LGBT essa questão de como a mulher lésbica sofre muitas discriminações, mas não sofre tanto quanto o homem que se feminiza. Porque a nossa sociedade vai de qualquer forma discriminar essa modificação de identidade de gênero. Então os crimes continuaram acontecendo, os que já estão tipificados servirão para a gente criminalizar as pessoas, mas infelizmente negar direitos, inclusive dentro do próprio Estado, não leva

a pessoa a ser responsabilizada por isso.

Esqueci de dizer, no meio militar, se nós exercitarmos alguns tipos de práticas, nós podemos ser criminalizados pelos regulamentos específicos que existem lá dentro. Existem esses regulamentos. Então tem horas que eu fico me perguntando: eu estou na reforma policial militar, continuo policial militar mesmo estando afastado, nessa condição de estar fora da atividade, mas meu Deus do céu, qualquer hora eu vou ter que tirar meus brincos. E se eu disser – quer dizer, não precisa nem dizer – e se eu disser para minha corporação que 12 anos da minha vida eu vivi ao lado de um outro homem? O que pode acontecer? Eu poderei ser expulso, eu poderei perder meu salário, realmente, porque aquilo lá será avaliado de outra forma, por outras mentalidades e por um contexto discriminatório que vai fazer com que o ser humano Moisés seja olhado diferente do que seria o profissional Moisés. O profissional Moisés, aliás, não vale mais de nada porque no momento em que eu fui colocado para uma aposentadoria compulsória, mesmo estando em plena condição de exercer o direito, eu fui colocado na condição de alguém que recebe o salário do Estado e não devolve para a sociedade o benefício do meu trabalho que eu poderia estar exercendo. Por isso eu estou no movimento social, para devolver de alguma forma. Mas assim, é incrível como certas coisas, os pesos e as medi-

das são diferentes. E os senhores e senhoras estão aí pra avaliar algumas coisas. Eu preferiria que a gente gerasse debate. Nossa! Eu estava tão entusiasmado com isso, eu gostaria que a gente pudesse receber perguntas e de repente tocar em outros assuntos.

Ministro

João Oreste Dalazen

Nós estimaríamos muito continuar o debate, temos 4 perguntas formuladas, dirigidas a mesa, todas muito interessantes, mas infelizmente o tempo é implacável. Nós temos já um atraso já de uma hora.

**DEPUTADO JEAN
WYLLYS**

Eu responderia as 4 perguntas de vez, se for o caso, porque eu não gosto de deixar ninguém...

**MINISTRO
JOÃO ORESTE DALAZEN**

Então se os senhores puderem responder com a brevidade necessária, porque realmente essa atividade de nós a encerraríamos às 11 horas. Claro que não temos uma agenda rígida, mas é forçoso convir que a tarde há muitas atividades e se nós nos alongarmos em demasia isso comprometerá as atividades a tarde. Uma pergunta diz o seguin-

te: o artigo quinto da Constituição Federal veda, ou melhor dizendo, trata da igualdade de tratamento, vedada a discriminação por motivo de gênero, raça entre outros. Sabemos que a enumeração legal dos motivos não é taxativa, posto que existem diversos tipos de discriminação por razões que não são citadas, como ocorre com o grupo dos obesos. Existem índices ou estudos, pergunta, sobre a discriminação desse grupo especificamente e outros que não estejam contemplados na lei? É uma pergunta. A outra: ratificação da convenção 87, ao permitir maior liberdade sindical e, quiçá, a criação de sindicatos voltados a específica defesa da igualdade, inclusive LGBT, é um instrumento que o senhor considera fundamental? Gostaria apenas de esclarecer o ponto a respeito do aborto – aqui é uma pergunta sobre o aborto – foi afirmado que até certo ponto da gravidez da mulher não há outra vida que não a desta. Pergunta: existe algum estudo que realiza essa demonstração? E por fim, uma pergunta longa. Vou tentar resumir, mas está difícil. Qual o efetivo papel do poder judiciário na questão do combate a discriminação? Vamos resumir assim.

DEPUTADO JEAN WYLLYS

Bom, eu vou começar com a questão do aborto. Olha só, o estudo é o estudo da ciência. A ciência define que o embrião até a sétima semana, a gravidez até a sétima

semana, não há ali uma vida humana, não se pode considerar aquilo ali um ser humano ao qual pode se infligir dor, um sujeito de direito. Portanto a única vida que tem ali, a vida consciente, a vida com direito é a vida da mulher. Por isso que eu digo que é o período que a ciência define. É claro que de acordo com as concepções religiosas de cada um a vida pode começar muito antes. Tem gente que considera que o sopro vital se dá no momento que a mulher é fecundada pelo esperma, por exemplo. Tem gente que pode recuar um pouco antes e achar que o próprio espermatozóide já é uma vida e, portanto, eu sou um genocida, eu e todos os homens quando nos masturbados, porque desperdiçamos bilhões de espermatozoides que poderiam gerar uma vida. E as mulheres também seriam todas genocidas, porque quando elas menstruam e não engravidam, quando o corpo inteiro se prepara para a gravidez e toda aquela preparação sai no sangue da menstruação, elas também terão evitado uma vida. Então a gente não pode entrar nessas concepções religiosas da origem da vida porque cada religião tem sua concepção de origem da vida.

Por isso que o Estado tem que ser laico e tratar as políticas públicas sem paixão religiosa. Por isso que desde 1889, com a Proclamação da República, nós nos separamos formalmente da igreja e o Estado deixou de ter religião oficial, e em tese, o Estado se protegeu da influência religiosa. Porque a in-

fluência de qualquer religião sobre o Estado implica na perseguição de outras religiões minoritárias, porque as concepções de uma religião não são as mesmas. Por exemplo, a religião hindu tem uma concepção de vida e uma narrativa bastante diferente da religião cristã. É difícil encarar isso? É difícil. Para quem cresceu numa religião cristã naturalizando as narrativas cristãs, naturalizando essas narrativas e tomando-as como verdade absoluta, acreditar que o mundo não foi criado em sete dias por Deus, mas que há uma dança de um outro deus chamado Shiva ou Brahma, é muito difícil. É difícil uma pessoa que cresce numa religião cristã ou mesmo judaica, que concebe um deus único, que está numa religião monoteísta que concebe a ideia de um deus único, é difícil para essa pessoa encarar uma religião politeísta como a religião iorubá, por exemplo, o candomblé que acredita na natureza como divindade, as religiões dos povos ameríndios. Mas a gente vai ter que lidar com isso, a vida humana é diversa e a gente não pode querer impor as outras pessoas as nossas concepções de vida.

É nesse sentido que sendo o aborto a quarta causa, terceira causa – já pulou para a terceira causa – de mortalidade materna no Brasil, sendo o aborto praticado clandestinamente ao ponto de duas mulheres no Rio de Janeiro terem sido assassinadas porque recorreram a clínicas clandestinas controladas por milicianos, que por conta de complicações no aborto elas ti-



veram que ser assassinadas, uma delas carbonizadas, foi encontrada carbonizada; considerando tudo isso é que eu acho que a mulher tem que ter acesso à interrupção segura da gravidez no sistema de saúde para que ela não se submeta a esse tipo de violência. E para que a gente pare de ser hipócrita. As mulheres estão praticando aborto. É melhor que elas pratiquem uma interrupção da gravidez segura, acompanhada por um médico e na época certa para que a gente não incorra nesses outros problemas morais.

Eu acho que o poder judiciário tem um papel fundamental no enfrentamento das discriminações e nas promoção de direitos. Aliás, entre os poderes da República, aquele que mais tem avançado na afirmação de direitos ou na observação de posições de sujeito que vulnerabilizam o indivíduo é o Poder Judiciário. Foi o Poder Judiciário através do STF e do Conselho Nacional de Justiça, por exemplo, que garantiu o casamento civil aos homossexuais, porque se dependesse do parlamento, se dependesse do Poder Legislativo isso não teria sido concedido. Então o Poder Judiciário fez justiça e a justiça muitas vezes está acima da lei. Existem leis injustas, a gente tem que se levantar contra elas, inclusive. O princípio de justiça está acima do princípio de legalidade. Então por isso que o judiciário considerou que mesmo não havendo uma lei que garantisse aos homossexuais o direito ao casamento civil, o Poder Judiciário foi lá e disse: não, os

homossexuais têm direito ao casamento civil, porque o casamento de direito, o casamento está ligado a três direitos constituintes da dignidade humana que é o direito a vida, a felicidade e a liberdade. Então o poder judiciário tem um papel preponderante nisso.

Agora claro, o Poder Judiciário como todo o poder da República, ele também está atravessado por valores e concepções que interferem na garantia da justiça. Recentemente um juiz no Rio de Janeiro, provocado pelo Ministério Público para que desse uma sentença pela retirada de vídeos difamatórios de lalorixás, Babalorixás e de terreiros e centros de umbanda da internet, esse juiz proferiu uma decisão que foi um constrangimento geral, porque ele disse que os vídeos não deveriam ser retirados porque não havia ofensa à religião já que candomblé e umbanda não são religiões. É inacreditável que um juiz dê uma sentença dessa. Quer dizer, esse juiz passou ao largo e muito ao largo da antropologia. E é lamentável que uma pessoa não só tenha feito um curso de direito e depois tenha se tornado um magistrado sem esse conhecimento básico. Sem a noção básica de que as pessoas professam religiões diferentes e que as culturas são fundadas em religiões diferente. Que não é religião apenas aquela que ele professa ou a religião hegemônica na sua cultura. As religiões tem que ser respeitadas e as concepções religiosas também. É por isso, por exemplo, que o povo judeu, ainda hoje vítima de *antisemitismo*, se

protegeu legalmente em diversos países do *antisemitismo*, garantindo a sua liberdade de acreditar que Jesus não é o messias. Paciência se os cristãos acham que Jesus é o messias, o enviado por Deus. Os judeus não acreditam nisso. É um direito deles considerar que Jesus é só mais um dos profetas, que o messias ainda está por vir, é um direito deles. Como é um direito do povo islâmico crê que o profeta Maomé é na verdade o grande escolhido por Deus, é o homem de Deus na terra. Vocês compreenderam? É tão somente a questão do respeito. E a gente só vai ter esse respeito e compreensão da diversidade humana se a gente tiver conhecimento. Conhecimento é fundamental.

Uma das coisas que me salvou do destino imperfeito – eu que nasci na periferia de Alagoinhas, na extrema miséria, e na pobreza vivi até boa parte da minha adolescência, comecei a trabalhar aos 10 anos de idade mas na adolescência eu comecei a produzir a mobilidade social da minha família – o conhecimento me salvou. Eu tenho um apreço pelo conhecimento, eu não me irrita com pessoas que me trazem conhecimentos, eu não fico irritado com elas. Eu não fico incomodado internamente e fingindo que eu estou gostando. Eu gosto quando as pessoas me trazem coisas que iluminam a minha vida, que me tiram de posições confortáveis, que me traz um conhecimento novo, algo que me acrescente e me faça compreender a vida de maneira mais profunda. Eu não fico inco-

modado. O que a gente está vendo hoje é que as pessoas se incomodam quando alguém vem e derruba os preconceitos dela. Porque os preconceitos colocam as pessoas em lugares confortáveis, e muito confortáveis. E quando você vem e traz um conhecimento, em vez de ela assimilar aquilo, não, ela simplesmente rejeita. Tem uma frase de Cazusa, na música *Blues da piedade*, que ele diz isso: “pra quem vê a luz mas não ilumina as suas minicertezas, quem não sabe amar e não muda quando é lua cheia”. As pessoas tem que aprender a mudar e só o conhecimento pode transformar a gente. O Poder Judiciário tem um papel importante nisso, mas desde que amplie o seu leque de conhecimentos e que os juízes e advogados não sejam só exegetas.

Sobre a ratificação da convenção 87 da OIT. Olha eu acho sim que é um instrumento eficaz, claro que é um instrumento eficaz. Inclusive eu dei uma palestra recentemente para os sindicatos, para os sindicatos dos bancários, e eu falei isso: sabe porque os sindicatos têm pouco apelo hoje, eles seduzem pouco os trabalhadores? Porque os sindicatos se cristalizaram num discurso de classe que não contempla outras posições de sujeito. Aquele cara que está na greve, por exemplo, com a Kombi do sindicato – lá na Bahia eles sabem disso, cantando a música do Edson Gomes que é: “Vamos amigos, lute!” – esse cara chega em casa e bate na mulher. Esse cara expulsa o filho de casa por ser homossexual. Esse cara saiu da posição de opri-

mido na relação com o patrão e veio para posição de opressor na relação com o filho e com a mulher. E os sindicatos têm que contemplar isso. Os sindicatos têm que compreender agora que o mundo do trabalho está atravessado por outras condições, como por exemplo a condição de gênero, que vulnerabiliza as pessoas, e a condição que vem da etnia, por exemplo. Quer dizer, essas questões tem que atravessar o sindicalismo para que ele volte a seduzir as pessoas, para que as pessoas se filiem aos sindicatos e façam uma adesão. Tem que parar de ser tão somente corporativista e pensar só no salário.

Por fim, o artigo quinto da Constituição. Olha só, o texto da Constituição fala em discriminação de raça, gênero, origem ou procedência e outras formas de discriminação. Então, a democracia é um sistema produtor de direitos, por isso que [a expressão] outras formas de discriminação pressupõe que a gente possa considerar outras discriminações que vão surgir, que podem surgir. A discriminação em relação as pessoas obesas, ela é uma realidade. As pessoas gordas são discriminadas porque a gente vive numa sociedade, essa sociedade da dominação masculina, é também a sociedade que cria no seu centro o núcleo duro – para usar a expressão do Jurandir Freire Costa – o núcleo duro do que é bacana, do que é bom, do que é virtuoso e do que é belo. Uma pessoa magra, branca, hétero, rica. Quando mais ela se aproxima do comercial de sabonete, mais ele é prote-

gida, claro! E quanto mais a gente se distancia, mais isso é fonte de sofrimento, mais isso é motivo de possibilidade de negação de direito e motivo de sofrimento.

Nós homossexuais, nós introjetamos a homofobia porque somos criados na mesma sociedade da dominação masculina heteronormativa. Então da mesma maneira que essa sociedade, essa cultura constrói uma pessoa heterossexual como homofóbica, ela também nos constrói como homofóbicos. E a gente tem que, num momento da vida, fazer a passagem da vergonha para o orgulho. Por isso que essa palavra “orgulho” é tão importante pra nós, pride. Por isso a gente fazer uma parada do orgulho gay. Porque a gente vive numa sociedade em que a homossexualidade ou é invisibilizada ou é representada de maneira negativa nos diferentes sistemas de representação, da piada à caricatura coletiva dos programas de humor. Então necessita que a gente ofereça um contradiscurso, que a gente não só desmascarar essas representações, mas que a gente ofereça um contradiscurso de modo a viver a homossexualidade como orgulho. E por isso eu sou tão odiado por um segmento da população. Eu sou odiado – não, eu sou amado por um conjunto de gente – mas eu também sou odiado por um monte de pessoas que não suportam a ideia de que eu viva a minha homossexualidade com orgulho, que eu não tenha vergonha dela, que eu fale dela. E mais que isso, as pessoas não suportam me ver



aqui, na tribuna, com voz, porque subalterno não fala. E quando um homossexual ascende a um lugar de poder, ele pode desmascarar e desconstruir todos os discursos que posicionam ele como subalterno. Então tem gente que me detesta por isso, e muitas vezes ela nem sabe que é por isso, mas é por isso.

Da mesma maneira os negros tiveram que produzir um contradiscurso contra o racismo. Jorge Ben Jor quando na música dele Negro é lindo – black is beautiful – ele diz isso: “negro é lindo, negro é amor, negro é amigo, negro também é

filho de Deus”, ele está incidindo contra um discurso que posiciona os negros como contrário a tudo isso. A negritude como feiura. A negritude como associada ao demônio, como associada a criminalidade. Os discursos todos produzem isso. É por isso que quando uma pessoa está num ônibus e um homem negro senta do lado dela, ela já fica apreensiva. Porque o imaginário dele está povoado com a ideia que negro é bandido ou potencialmente bandido. Essa é a questão. Então, também por isso é importante que os negros afirmem black is beautiful. É por isso [que é

importante] que o Ilê Aiyê, o bloco afro na Bahia, diga isso: “o mais belo dos belos, sou eu, sou eu”. Quer dizer, é preciso afirmar um orgulho, nós os grupos difamados, nós os grupos discriminados.

Bom, eu acho que é isso, as quatro questões. Eu quero agradecer muito ao convite, ao ministro Lélío, que eu posso imaginar que essa sugestão tenha surgido de você – posso chamar você assim –; ao ministro João Oreste por ter presidido a mesa; a Érika que já saiu daqui, ao Moysés, um prazer; a todas e todos vocês. Muito obrigado.

Ministro João Oreste Dalazen

Deputado Jean Wyllys, Moysés Toniolo, deputada Érika Kokay, nós da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho é que nos sentimos no dever de expressar o penhor da nossa eterna gratidão pelas lições luminosas e inesquecíveis de humanismo que foram aqui transmitidas, e de amor, e de desconstrução de toda a forma de discriminação e preconceito. Nós precisávamos e precisamos muito disso – e estamos abertos a isso – para que possamos como juízes ser cada vez melhores e compreender e julgar melhor os nossos cidadãos. O debate poderia prosseguir, as intervenções foram de tal sorte ricas e preciosas nesses temas tão vastos e instigantes e provocadores que nós gostaríamos mesmo de prosseguir, não fosse uma agenda, uma programação intensa que precisamos cumprir ainda hoje. De modo que eu quero ressaltar a extraordinária contribuição que os senhores prestaram para a magistratura do trabalho brasileira e para essa escola.

EXPEDIENTE